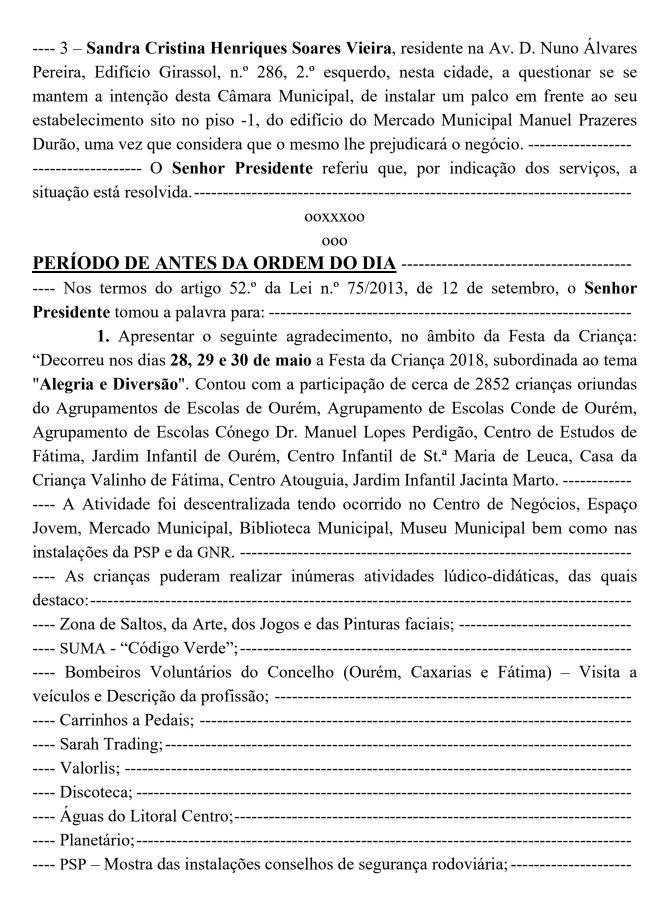
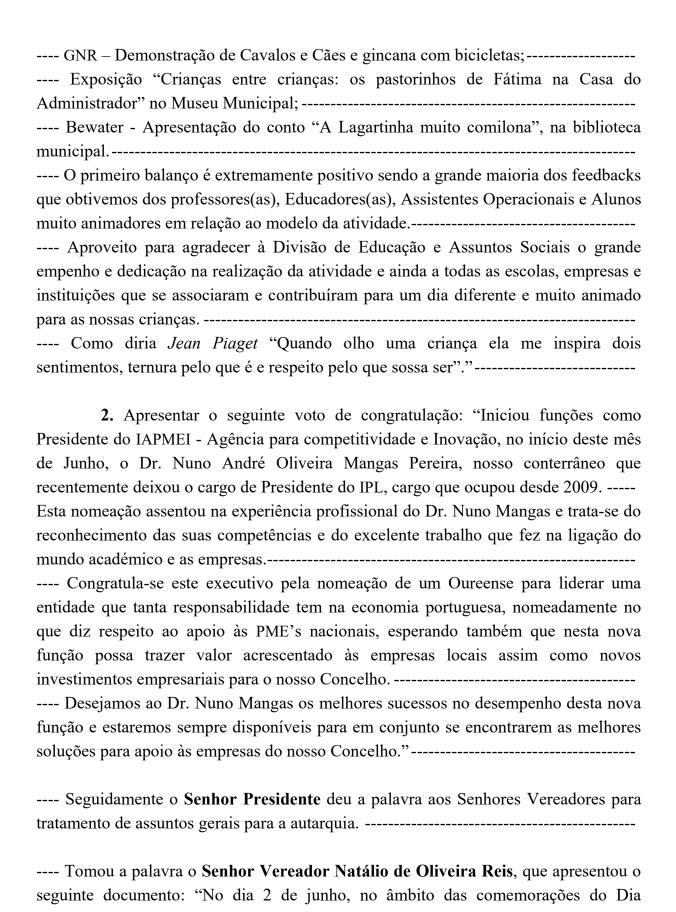


ATA N.º 13 (REUNIÃO PÚBLICA)

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, na Cidade de
Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada,
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO ALBUQUERQUE, os Senhores Vereadores: CÍLIA MARIA DE JESUS
SEIXO, NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS, MARIA
ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA, RUI MANUEL SIMÕES
VITAL e ESTELA AUGUSTA RITO RIBEIRO, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves,
Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe
ooxxxoo
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
ooxxxoo
000
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE
De acordo com o que foi deliberado na reunião de 30 de outubro de 2017, a
Câmara começou por ouvir os munícipes presentes, mediante a seguinte ordem:
1 – Representantes das seguintes instituições, para assinatura de protocolos:
 Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, referente a alteração ao plano
de pagamentos do protocolo celebrado a 23 de abril de 2015;
 Freguesia de Fátima, referente à cedência das instalações da antiga escola do
1.º Ciclo do Ensino Básico, sita em Gaiola, daquela freguesia
2 – Representantes da União Desportiva de Ourém e do Clube Desportivo
Vilarense e Joana Pontes, convidados para a presente reunião, a fim de lhes entregar
os votos de reconhecimento aprovados nas reuniões de 30 de abril e 07 de maio de
2018;





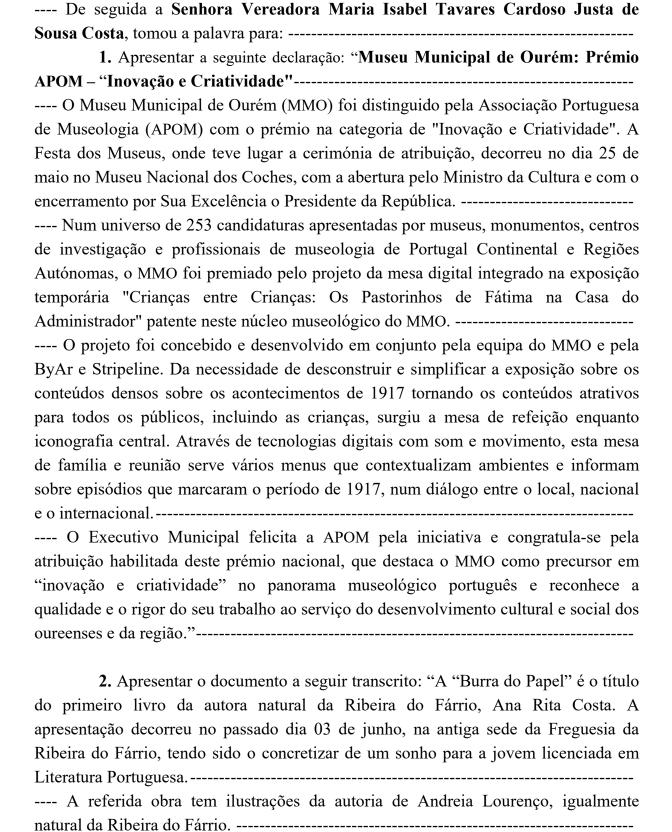


Mundial do Ambiente que se celebra a 5 de junho, a Câmara Municipal promoveu o projeto "Ourém Mais Limpo - 2018". Para além da natureza ambiental, o projeto teve um cariz de responsabilidade social, com objetivos de promoção da sustentabilidade ambiental e de dinamização do espírito social de ajuda e do saber cuidar do nosso território. ---------- Este projeto foi dinamizado pelos serviços municipais em articulação com as juntas de freguesia e teve como objetivo principal a remoção de todos os resíduos (lixo) existentes na área do Município de Ourém por freguesia, tendo sido identificadas várias lixeiras e focos de lixo. Para isso convidaram-se todos os voluntários e associações que pudessem disponibilizar parte do seu tempo neste projeto, bem como empresas que tivessem meios ou bens para que se pudesse alcançar uma taxa de sucesso elevada. ---------- Ao todo participaram cerca de 500 voluntários, desde associações de diversos tipos, escolas, escuteiros, clubes desportivos, bombeiros, clubes de caçadores, filarmónicas, casas do povo e ranchos, tendo aparecido mais voluntários no próprio dia do que aqueles estavam inscritos até sexta-feira à tarde. Participaram também empresas parceiras com maquinaria pesada e empresas que patrocinaram o projeto com diversos tipos de bens. --------- De modo a evitar problemas de contaminação para os voluntários, o amianto disperso por diversos focos na área do Município foi recolhido no dia anterior, com destino ao aterro sanitário da Resilei em Leiria.--------- As atividades de remoção de resíduos decorreram principalmente de manhã, entre as 8:30 horas e as 13:00 horas, existindo algumas freguesias em que o trabalho se desenvolveu também durante a tarde até às 17 horas. Antes do inicio dos trabalhos a Câmara Municipal de Ourém entregou camisolas com o emblema do projeto, um par de luvas e um kit com uma água, uma sandes e uma maçã, tendo sido dadas as instruções necessárias. --------- Atendendo à diversidade do território, o projeto foi dinamizado de formas diferentes em cada freguesia. Em algumas freguesias mais limpas, quase sem lixeiras, os voluntários foram direcionados para a recolha de resíduos nas bermas das estradas e na Zona Industrial de Ourém, tendo-se verificado uma elevada quantidade de plástico e papel que provavelmente foi lançado fora por viaturas em andamento. Também foram feitas recolhas porta-a-porta de monos.--------- Nas lixeiras, os voluntários retiraram numa primeira fase os monos que eram resíduos mais volumosos e depois o lixo mais pequeno que foi ensacado, tendo sido colocado em carrinhas/camiões ou em benes com destino ao Ecocentro de Gondemaria

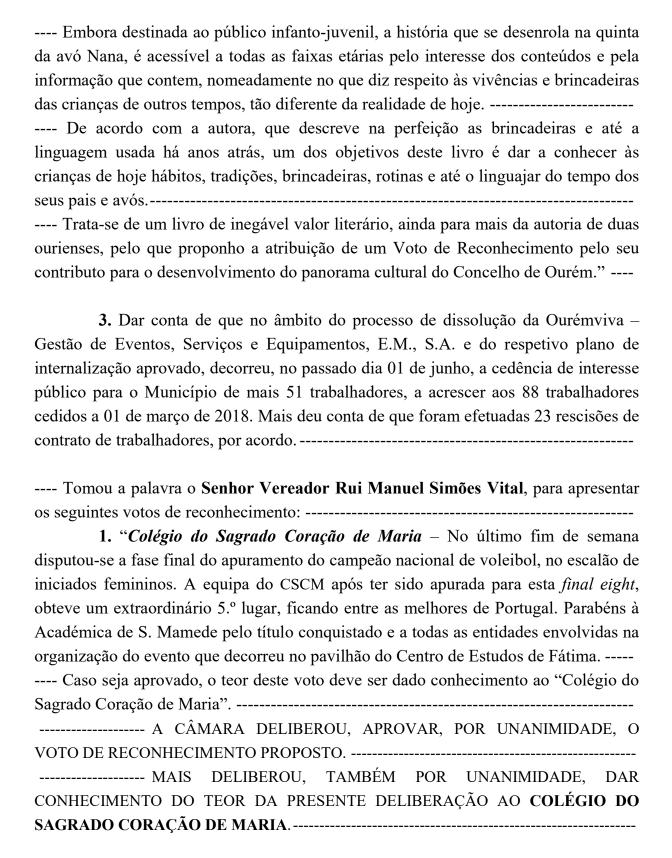


num total de 52 ton ou ao Aterro Sanitário de Leiria num total de cerca de 35 toneladas. Os pneus foram conduzidos para o operador licenciado na região, a empresa Ecomais. Foram também entregues em operador licenciado, na ValorFito, os resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos. --------- Por todo o concelho verificou-se uma elevada quantidade de resíduos de construção e demolição, cerca de 210 toneladas, principalmente inertes em lixeiras e em bermas que foram removidos recorrendo a maquinaria pesada e a camiões. Estes resíduos tiveram três destinos: operador licenciado Desarfate; operador licenciado Terrarito; britadeira da CMR localizada em Vale de Cavalos para a britagem de inertes e reaproveitamento em obras públicas. --------- A Ribeira de Seiça também foi alvo de limpeza que consistiu na remoção de resíduos de plástico que estavam nas margens, tendo sido realizados trabalhos preparatórios que consistiram na criação de um canal para a passagem junto à ribeira, entre a Ponte dos Namorados e a Ponte da Olaia, para que os voluntários pudessem circular livremente, desfrutando da inquestionável beleza deste ecossistema ribeirinho. Para potenciar o mais importante que é a vida junto à ribeira, os voluntários também colocaram ninhos em locais estratégicos, que todos agora podem admirar, pois o circuito está feito e é para ser vivido! --------- O balanço final do projeto é muito positivo, uma vez que, com a interajuda de todos foi possível deixar o concelho Mais Limpo, a um custo zero para o Município de Ourém, onde todos ficam ambientalmente mais ricos e com uma melhor qualidade de vida. Contudo existem preocupações com o dia de amanhã, vindas também de voluntários que não gostam que sujem a sua terra. Por conseguinte, a Câmara Municipal de Ourém irá dinamizar várias iniciativas de modo a manter Ourém, um Concelho Mais Limpo em 2018, e no anos vindouros. ---- A próxima campanha será divulgada no dia 5 de junho, Dia do Ambiente, que consiste no Serviço de Recolha de Monos. Este serviço já era prestado anteriormente, porém pretende-se dar um novo dinamismo, indo ao encontro das necessidades das pessoas, com um atendimento moderno que procure encontrar as melhores soluções para cada caso em apreço. Também irão ser colocadas placas de aviso de proibição de colocação de lixo, com os contactos necessários para a resolução de cada problema.------- Um agradecimento enorme a todos os voluntários e empresas que tornaram este projeto possível, em especial aos senhores presidentes de juntas de freguesia como aos seus membros e aos funcionários da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade que abraçaram este projeto com muito entusiasmo." -----

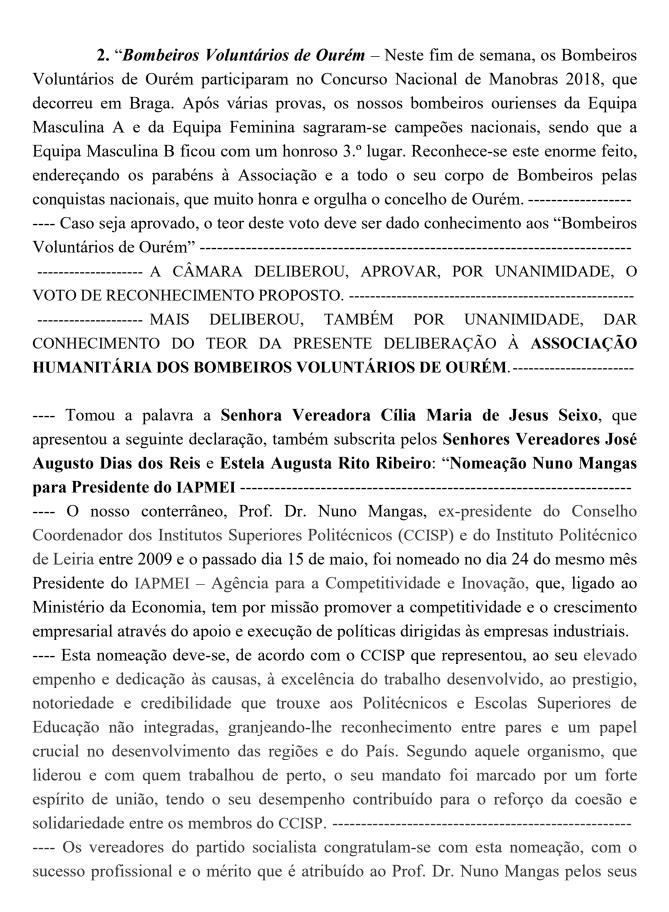




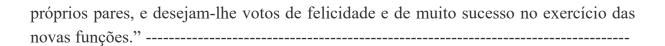


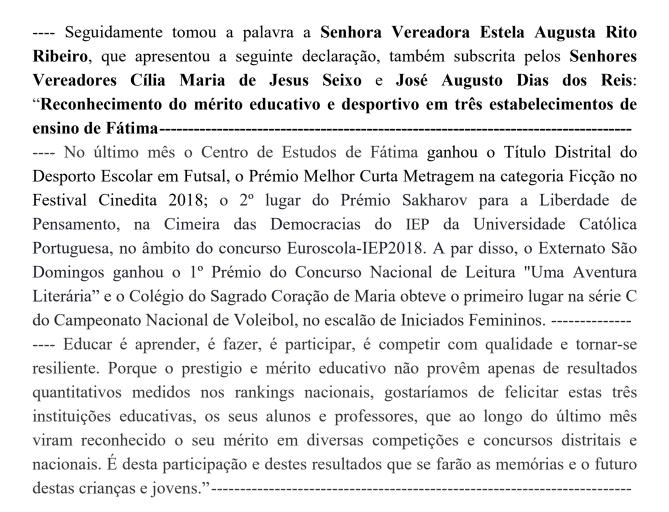








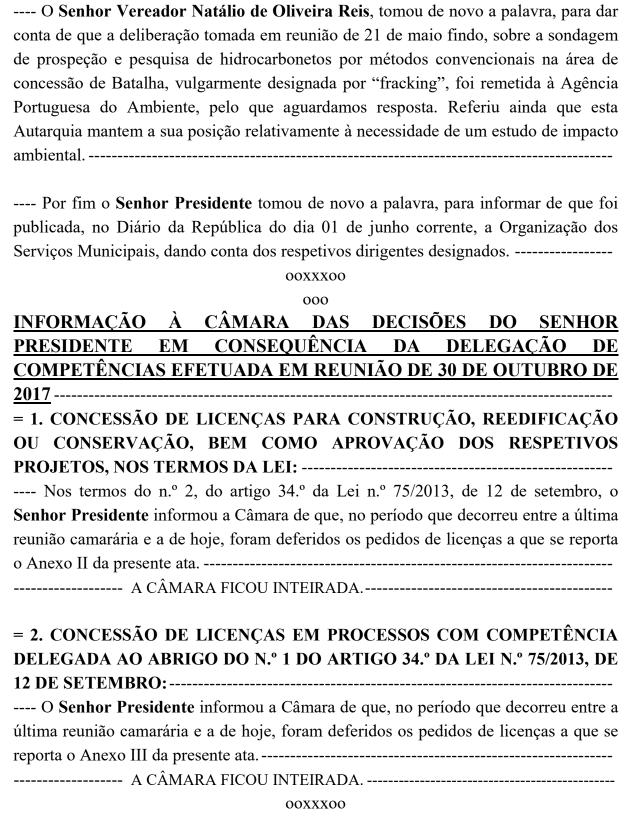




---- Tomou de novo a palavra a Senhora Vereadora Cília Maria de Jesus Seixo, que apresentou a seguinte declaração, também subscrita pelos Senhores Vereadores José Augusto Dias dos Reis e Estela Augusta Rito Ribeiro: "Prémio "Inovação e Criatividade" para o Museu Municipal de Ourém foi distinguido no dia 28 de maio com o prémio

---- O Museu Municipal de Ourém foi distinguido no dia 28 de maio com o prémio "Inovação e Criatividade" pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM) pela mesa digital alusiva à vida dos Pastorinhos. Este reconhecimento demonstra a qualidade do trabalho que tem vindo a ser realizado e a atenção que tem sido dada ao espaço e conteúdo museológico, na modernização tecnológica aliada à história do concelho e de Fátima. Congratulamo-nos com o excelente trabalho que tem sido realizado, nomeadamente na área pedagógico-educativa e endereçamos à direção do Museu as nossas felicitações pelo trabalho realizado e pelo prémio alcançada."-------







PAGAMENTOS -----

---- O Senhor Presidente informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 21 de maio findo e 01 de junho em curso, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 1.622.731,36€: 1156, 1170, 1171, 1173, 1174, 1176, 1177, 1179, 1180, 1182 a 1184, 1186 a 1199, 1201 a 1207, 1211 a 1223, 1271 a 1293, 1296, 1301 a 1323, 1325 a 1343, 1345 a 1354, 1356 a 1362, 1364, 1365, 1367 a 1370, 1372 a 1374, 1377 a 1383, 1385 a 1408, 1410 a 1416, 1418 a 1431, 1434 a 1439, 1441 a 1454, 1457 a 1462, 1474, 1475, 1477, 1479, 1486 a 1490, 1491/1, 1492/1, 1492/2, 1492/3, 1492/4, 1492/5, 1493/1, 1493/2, 1494/1, 1494/2, 1494/3, 1494/4, 1494/5, 1494/6, 1494/7, 1494/8, 1494/9, 1495/1, 1495/2, 1495/3, 1495/4, 1495/5, 1495/6, 1495/7, 1495/8, 1495/9, 1496/1, 1496/2, 1496/3, 1496/4, 1496/5, 1496/6, 1496/7, 1496/8, 1497/1, 1497/2, 1497/3, 1497/4, 1497/5, 1497/6, 1498/1, 1498/2, 1498/3, 1498/4, 1499/1, 1499/2, 1499/3, 1499/4, 1499/5, 1499/6, 1499/7, 1499/8, 1500/1, 1500/2, 1500/3, 1500/4, 1500/5, 1500/6, 1500/7, 1500/8, 1501/1, 1501/2, 1501/3, 1501/4, 1501/5, 1501/6, 1502/1, 1502/2, 1502/3, 1502/4, 1503/1, 1503/2, 1503/3, 1503/4, 1504/1, 1504/2, 1504/3, 1505/1, 1505/2, 1505/3, 1505/4, 1505/5, 1506/1, 1506/2, 1506/3, 1506/4, 1507/1, 1507/2, 1507/3, 1507/4, 1507/5, 1507/6, 1508/1, 1509/1, 1509/2, 1509/3, 1509/4, 1509/5, 1510/1, 1510/2, 1510/3, 1511/1, 1511/2, 1511/3, 1511/4, 1511/5, 1511/6, 1512/1, 1512/2, 1512/3, 1512/4, 1512/5, 1513/1, 1513/2, 1513/3, 1515 a 1520, 1524 a 1529, 1532 a 1534, 1538 a 1546, 1548 a 1552, 1558, 1565, 1570, 1571 e 1573. -----

------ A CÂMARA FICOU INTEIRADA. -----

ooxxxoo

000

<u>APROVAÇÃO DE ATAS</u>------

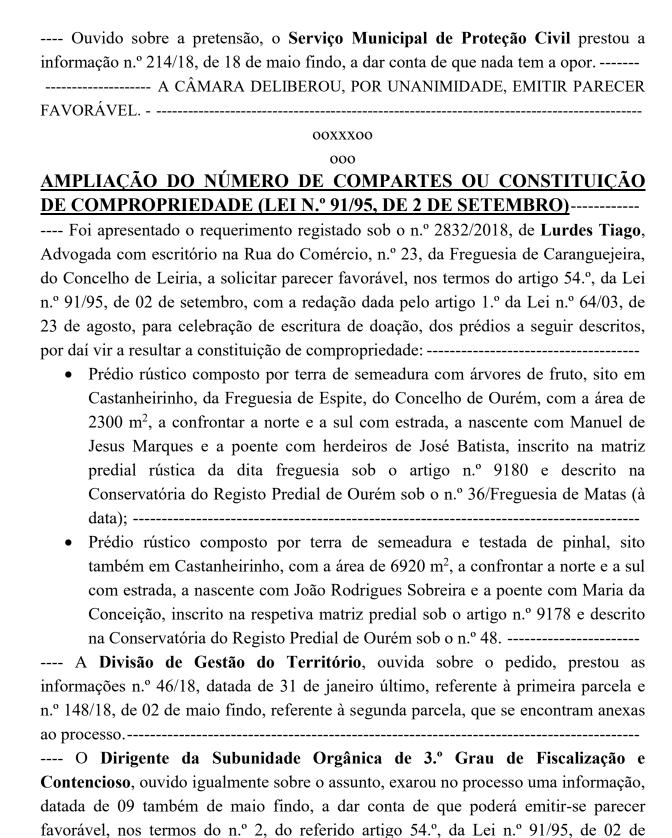
----- FOI DISPENSADA A SUA LEITURA, POR TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA POR TODOS OS MEMBROS DA CÂMARA.

ooxxxoo



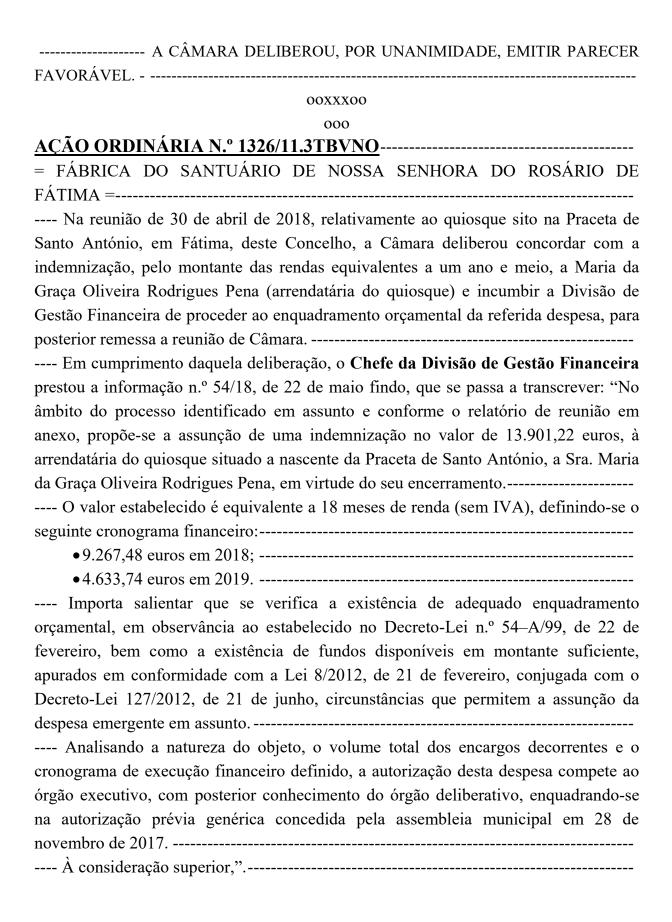
DESLOCAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA A ROMA-------- Através da sua proposta n.º 10/2018, de 29 de maio findo, o Senhor Presidente colocou à consideração de todo o executivo, pedido de autorização para deslocação a Roma, no dia 28 de junho em curso, a fim de participar nas cerimónias de nomeação de Sua Ex.ª Reverendíssima Bispo da Diocese de Leiria-Fátima, D. António Marto, a Cardeal do Vaticano. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR A DESLOCAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.---ooxxxoo 000 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE SILVICULTURA EM ÁREAS INTEGRADAS EM RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN)----- Foram apresentadas as cartas que a seguir se especificam, da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, com sede na Quinta das Oliveiras – E.N. 3, em Santarém, a solicitar a emissão de parecer, nos termos dos n.ºs 1 e 4, do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março (Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional), sobre os pedidos que de igual modo se identificam: ---------- 1. Carta registada sob o n.º 13.628/2018, sobre o pedido da firma Geoterra -Estudos e Serviços Integrados, Limitada para utilização não agrícola de solos da RAN, com a instalação de cerca de 224 hectares de Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível, na área da ZIF (Zona de Intervenção Florestal) de Seiça, tendo em vista a candidatura à medida 8.1.3. – Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos, do Programa de Desenvolvimento Rural 2020.--------- Ouvido sobre a pretensão, o Serviço Municipal de Proteção Civil prestou a informação n.º 213/18, de 18 de maio findo, a dar conta de que nada tem a opor. ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, EMITIR PARECER ---- 2. Carta registada sob o n.º 17.241/2018, sobre o pedido da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, para utilização não agrícola de solos da RAN, com a

instalação de cerca de 89,939 hectares de Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível, na área daquela união de freguesias, tendo em vista a candidatura à medida 8.1.3. – Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos, do Programa de Desenvolvimento Rural 2020.------

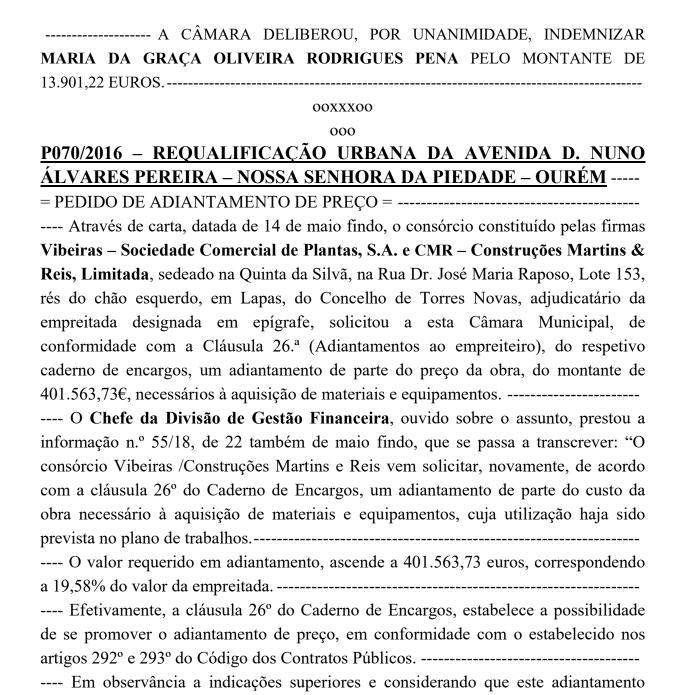


setembro, face à reduzida diferença de área da parcela 1 e aos elementos apresentados relativamente à parcela 2.-----

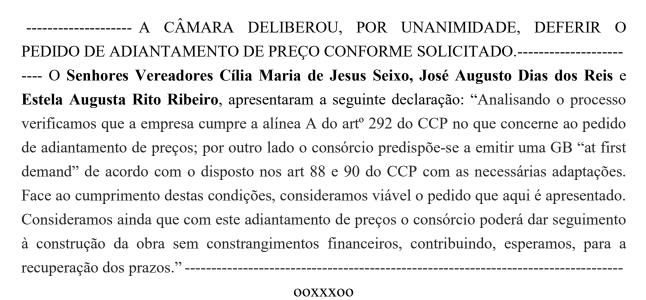












000

SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE OURÉM-----= DEVOLUÇÃO DA TARIFA DE LIGAÇÃO AO SISTEMA = --------- Na reunião de 30 de abril de 2018, a Câmara deliberou devolver a Joel Saraiva Gil, residente na Rua Afonso de Melo, na localidade de Abades, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, deste Concelho, a verba de 287,67€, referente à tarifa de ligação da sua habitação ao coletor público da rede de drenagem de águas residuais, considerando que os trabalhos de ligação ao sistema haviam sido efetuados por administração direta. ---------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a informação, datada de 22 de maio findo, da **Contabilidade**, que se passa a transcrever: "No seguimento da presente deliberação, e para que se possa emitir guia para a caução (40€), o Município terá de devolver a totalidade do valor pago pelo Sr. Joel Saraiva Gil, ou seja, 327,67€.--------- À Consideração Superior." ------------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: ------PRIMEIRO – REVOGAR A DELIBERAÇÃO DE 30 DE ABRIL DE 2018; -----SEGUNDO – DEVOLVER A JOEL SARAIVA GIL, A VERBA DE 327,67 EUROS. -----

ooxxxoo



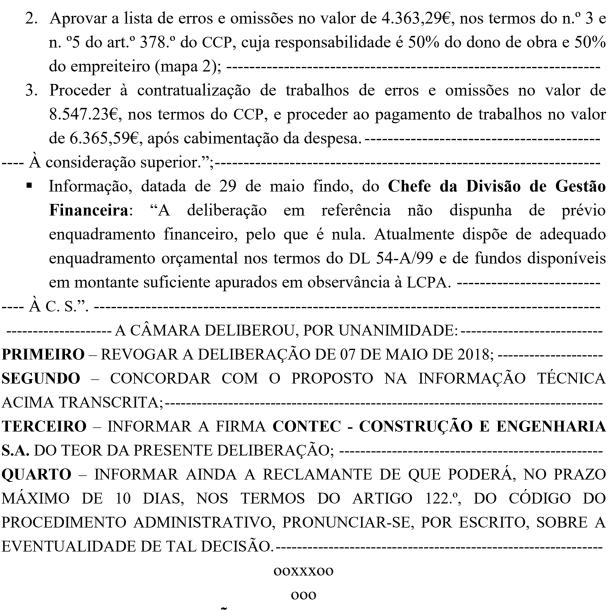
<u>P028/2016 - REABILITAÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL MATAS - ESPITE - 2.ª FASE</u>
= REGULARIZAÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E
OMISSÕES =
No seguimento de reclamação apresentada pela firma Contec - Construção e
Engenharia, S.A., adjudicatária da empreitada indicada em epígrafe, na reunião de 07
de maio findo, a Câmara deliberou revogar a deliberação de 16 de fevereiro de 2018 e
concordar com o proposto na informação técnica então apresentada, bem como
informar a reclamante de que poderia, no prazo máximo de 10 dias, nos termos do
artigo 122.º, do Código do Procedimento Administrativo, pronunciar-se, por escrito,
sobre a eventualidade de tal decisão
Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com as
informações que se passam a especificar e a transcrever:
 Informação n.º 324/18, de 09 de abril último, da Divisão de Obras Municipais,
que retifica a informação n.º 107/18, de 02 de fevereiro transato: "Introdução -
Serve a presente comunicação para informar acerca da apresentação de uma
reclamação do empreiteiro relativa à lista de erros e omissões referente à empreitada
mencionada em assunto
Análise
Erros e omissões com responsabilidade do Dono de Obra (n.º 1 e n. º3 do art.º
378.º do Código dos Contratos Públicos, CCP)
Verifica-se que as quantidades de alguns trabalhos patenteadas no mapa de
trabalhos inicial não são suficientes para realizar a empreitada
Atendendo a que as quantidades patenteadas a concurso foram reclamadas, na fase
de formação de contrato conforme se pode ver em anexo, como estando incorretas em
sede de erros e omissões e que não obtiveram acolhimento por parte do dono de obra
e, constatando-se ainda, que em obra as quantidades previstas ficaram aquém das
quantidades necessárias para realizar o trabalho, verifica-se que o dono de obra é
responsável pelo custo desses trabalhos nos termos do n.º 1 e do n. º3 do art.º 378.º do
Código dos Contratos Públicos, CCP
Os preços unitários dos trabalhos em causa são os mesmos da proposta inicial, ver
mapa 1
O valor dos referidos trabalhos, efetuada a correção, é de 4.183,94€
Erros e omissões com responsabilidade partilhada entre Dono de Obra e
Empreiteiro (nº 3 e nº 5 do art º 378 º do CCP)



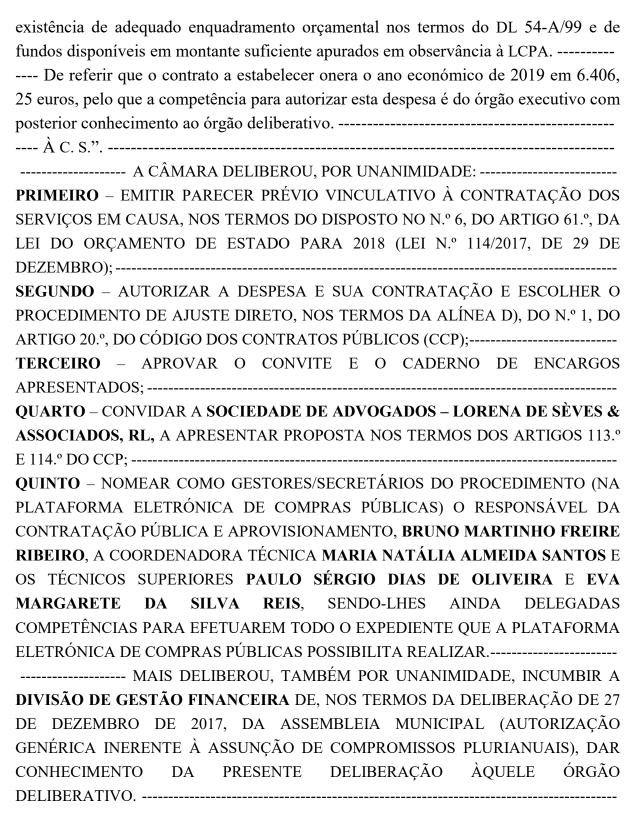
---- Apesar de o empreiteiro apresentar, em fase de execução de obra, a lista de erros e omissões, verifica-se que alguns desses trabalhos eram detetáveis na fase de formação do contrato, conforme estipula o n.º 3 e n. º5 do art.º 378.º do CCP. ---------- Analisando cada um desses trabalhos, mencionados no mapa 2, em anexo, a situação é a seguinte: ---------- Art. 2.3.2 - Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 1 un neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo foi de 7 un o dono de obra deve assumir o pagamento de 1 un a 100% (conforme mapa 1) e o restante deve ser assumido a 50% (conforme mapa 2). A reclamação do empreiteiro mencionando que não dispunha de elementos para proceder à medição não foi considerada válida uma vez que outros empreiteiros conseguiram proceder a essa medição. ---------- Art. 2.5 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 6m³ neste artigo, foi aceite pelo dono de obra nessa fase a quantidade de 3m³. A quantidade a mais em obra deste artigo foi de 10,5m³. O dono de obra assume o pagamento da quantidade reclamada a 100% (conforme mapa 1) e o restante deve ser assumido a 50% (conforme mapa 2). A reclamação do empreiteiro mencionado que não dispunha de elementos para proceder à medição não foi considerada válida uma vez que outros empreiteiros conseguiram proceder a essa medição. ---------- Art. 2.6 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 2,4m² neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo em obra foi de 5,23m². dono de obra assume o pagamento da quantidade reclamada a 100% (conforme mapa 1) e o restante deve ser assumido a 50% (conforme mapa 2). A reclamação do empreiteiro mencionado que não dispunha de elementos para proceder à medição não foi considerada válida uma vez que outros empreiteiros conseguiram proceder a essa medição. Foi mencionado pelo dono de obra o desenho onde se encontrava o pormenor em sede de erros e omissões. --------- Art. 3.1 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 125,68m² neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo em obra foi de 400,80m². O dono de obra assume o pagamento da quantidade reclamada a 100% (conforme mapa 1) e o restante deve ser assumido a 50% (conforme mapa 2). O empreiteiro executante da obra não reclamou este artigo.------ Art. 3.2 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 251,36m² neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo em obra foi de 801,60m³. O dono de obra assume o pagamento da



quantidade reclamada a 100% (conforme mapa 1) e o restante deve ser assumido a 50% (conforme mapa 2). O empreiteiro executante da obra não reclamou este artigo.------ Art. 4.2.2 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 1256m² neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo em obra foi de 633m². O dono de obra tinha assumido o pagamento de 50%. Na realidade a quantidade a assumir deve ser de 100% (conforme mapa 1). O empreiteiro executante da obra reclamou este artigo. ---------- Art. 6.4 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 200,00m neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo em obra foi de 1235m. O dono de obra assumiu o pagamento da quantidade reclamada a 100% (conforme mapa 1), relativamente ao restante deve ser assumido a 50% (conforme mapa 2). A reclamação do empreiteiro foi respondida em sede de erros e omissões. --------- Art. 6.5 – Foi reclamada em sede de erros e omissões de concurso uma quantidade a mais de 200,00m neste artigo, não aceite pelo dono de obra nessa fase. A quantidade a mais deste artigo em obra foi de 230m. O dono de obra assumiu o pagamento da quantidade reclamada a 100% (conforme mapa 1) relativamente ao restante deve ser assumido a 50% (conforme mapa 2). A reclamação do empreiteiro foi respondida em sede de erros e omissões. --------- Os preços unitários dos trabalhos em causa são os preços da proposta inicial, ver mapa 2. --------- O valor de erros e omissões que consta da lista anexa corrigida é de 4.363,29€. Sendo que, nos termos dos nºs 3 e 5 do art.º 378º do CPP, o empreiteiro é responsável por 50% daquele valor. Ou seja, o valor a pagar ao empreiteiro é de 2.181,65€.--------- De acordo com a a) n. °1 do art.° 373° do referido diploma, o prazo para a execução dos trabalhos é de 8 dias, período de prorrogação de prazo a que o empreiteiro tem direito e que deve ser aprovado. ---------- O valor total dos erros e omissões a pagar ao empreiteiro é de 6.365,59€, ou seja, 3,6% do valor dos trabalhos faturados, 175.442,94€.-------- Conclusão --------- Em face do exposto sugere-se efetuar os seguintes procedimentos: -----1. Aprovar a lista de erros e omissões no valor de 4.183,94€, nos termos dos nºs 1 e do n. °3 do art.° 378° do CCP, cuja responsabilidade é 100% do dono de obra (mapa 1);-----

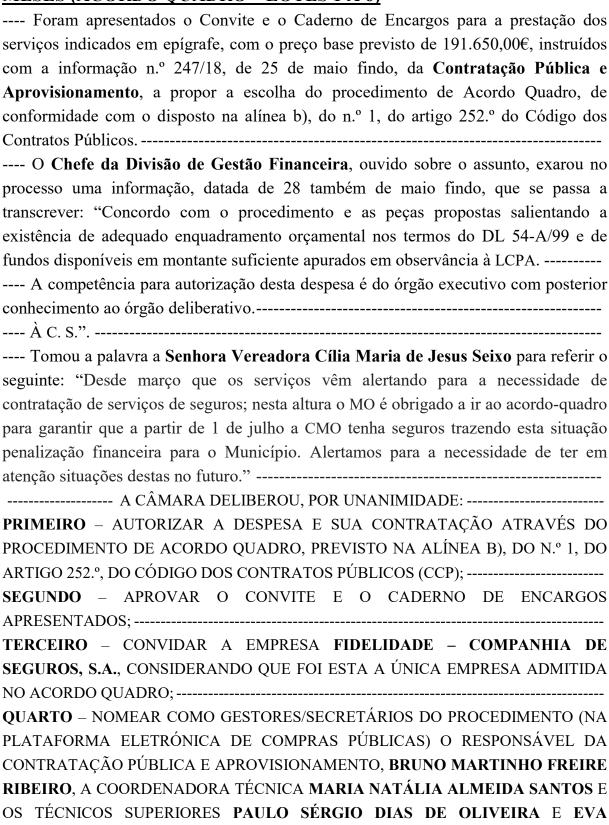


<u>P059/2018 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA</u> JURÍDICA DURANTE UM ANO – AVENÇA-----

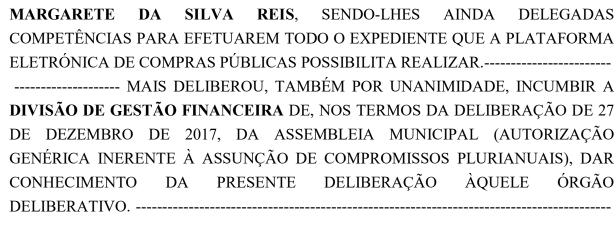




P076/2018 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS DURANTE 12 MESES (ACORDO QUADRO – LOTES 1 A 6)------







ooxxxoo

000

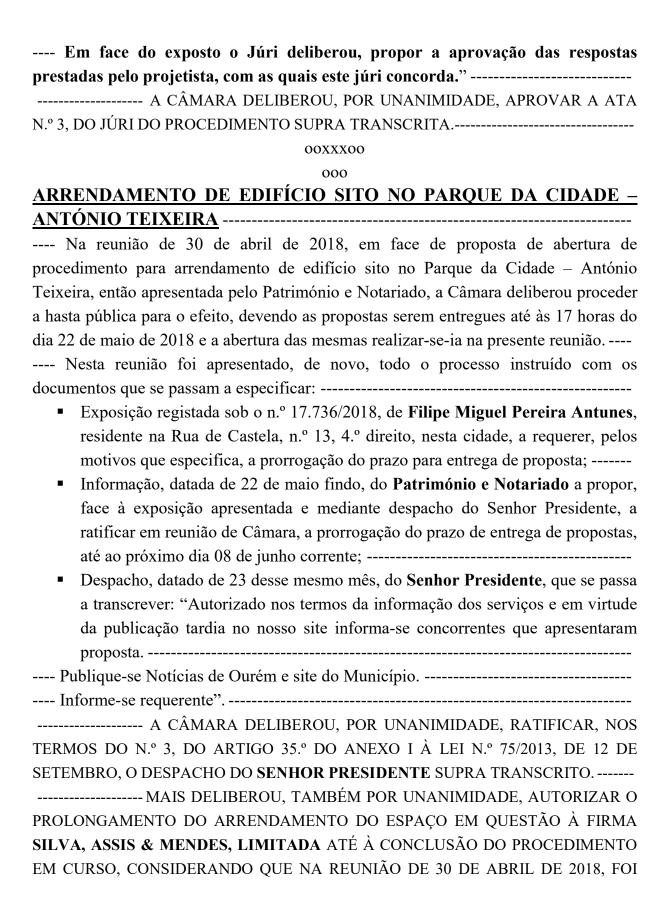
<u>P182/2017 – REABILITAÇÃO DO CASTELO E PAÇO DOS CONDES DE</u> <u>OURÉM E SUA ADAPTAÇÃO PARA ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS</u>-----

= ERROS E OMISSÕES =---------- Através da informação n.º 249/18, datada de 29 do mês findo, a Contratação Pública e Aprovisionamento, colocou à consideração superior a ata n.º 3, datada desse mesmo dia, do Júri designado para o citado procedimento, que a seguir se reproduz na íntegra: "Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de 2018, reuniu na Sala de Reuniões do piso 0 do Edifício Sede do Município de Ourém, o Júri para os trabalhos designados em epígrafe, constituído pelo Técnico Superior, Luís Paulo dos Santos Rato Nisa Ribeiro, a Chefe de Divisão da Ação Cultural, Ana Maria Saraiva das Neves e o Técnico Superior, Bruno Martinho Freire Ribeiro, do qual o primeiro é presidente, a fim de procederem à análise dos erros e omissões reclamados (Anexo D. ---------- Após a análise efetuada e com base nas informações disponibilizadas pela equipa projetista propõe-se a seguinte resposta: --------- QUESTÃO 1: No artigo 1º. do convite o título indicado é "P011/2017 -Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua Adaptação para Espaços Museológicos". Na cláusula 1ª. do caderno de encargos indicam o seguinte título "P182/2017 - Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua Adaptação para Espaços Museológicos". No artigo 1º. do programa de concurso o título indicado é "Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua Adaptação para Espaços Museológicos". Solicitamos que nos indiquem qual o título é que devemos considerar.------

RESPOSTA 1: O nome do procedimento a considerar é "P182/2017 -
Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua Adaptação para
Espaços Museológicos"
QUESTÃO 2: Solicitamos que nos sejam disponibilizadas as peças desenhadas em
formato editável "DWF" ou "DWG", referentes à "Estrutura", constantes na pasta
"Grupo B – ITI
RESPOSTA 2: A equipa de projeto não disponibilizou formato DWG ou DWF
destas peças, sugerindo impressão dos desenhos PDF a 100% e em formato A3 e medir
de acordo com as escalas indicadas
QUESTÃO 3: A data de consignação tem especial importância quando a
especificidade dos materiais a utilizar e a particularidade dos métodos construtivos a
desenvolver, quando estão em causa trabalhos a realizar em exteriores, influenciáveis
pelas condições climatéricas originando, consoante a altura do ano (época estival ou
não), custos de intervenção distintos. Agradecemos que nos indiquem a data (mês)
espectável para o início dos trabalhos para que o Plano de Trabalhos a desenvolver
possa ser optimizado em função dessa particularidade
RESPOSTA 3: A obra iniciará, depois de cumpridos todos os formalismos e
imposições legais a que o procedimento está sujeito
QUESTÃO 4: Em conformidade com o disposto no artigo 61 do Código dos
Contratos Públicos, elaborou-se, com base nos elementos existentes, a presente
memória descritiva com identificação clara e fundamentada dos seguintes erros e
omissões:
<u>ERROS - 4.1</u>
QUESTÃO 4.1.1 - A unidade que consta do mapa de quantidades nos seguintes
artigos "un", parece-nos que está incorreta devendo a mesma passar a ser "ml":
3.3.11.2.12.2; 3.3.11.2.12.3; 3.3.11.2.12.4; 3.3.11.2.12.5; 3.3.11.2.12.6
RESPOSTA 4.1.1: A unidade a considerar é o metro
QUESTÃO 4.1.2 – Relativamente aos artigos 3.3.3.1.1 a 3.3.3.1.6 do mapa de
quantidades indica "Execução de escavação em terreno de qualquer natureza ou
rocha". Quando existe rocha, a sua movimentação é um desmonte e não uma
escavação pelo que deverão ser separados em 2 artigos cada, um para escavação em
terreno e outro para desmonte de rocha
RESPOSTA 4.1.2: As quantidades referentes aos diversos espaços de escavação
foram divididas em dois, escavação em terra, 3.3.3.1 e desmonte em rocha, 4.1. Destas
alterações não resultam quaisquer alterações ao valor final da estimativa. Em anexo
segue nova listagem com o mana de quantidades retificado (Anexo II)



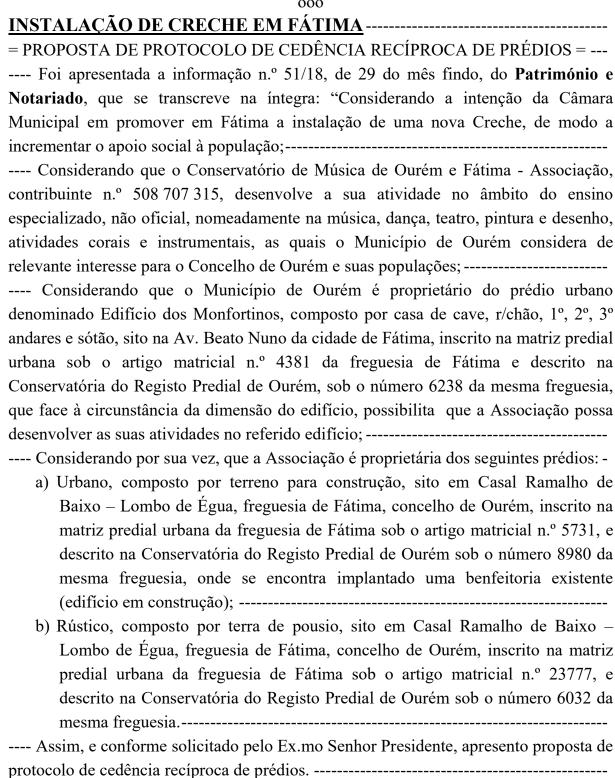
<u>OMISSÕES - 4.2</u>
QUESTÃO 4.2.1 - São omissas as quantidades e unidades dos seguintes artigos:
3.2.2.1.7.3.1.6; 3.2.2.1.8.3.1; 3.2.2.1.8.3.4; 3.2.2.1.9.1.1.3; 3.2.2.1.9.1.1.4;
3.2.2.1.9.1.1.5; 3.2.2.1.9.1.2.1; 3.2.2.1.9.2.1.1; 3.2.21.9.2.1.2; 3.2.2.1.9.2.1.3;
3.2.2.1.9.2.1.4; 3.2.2.1.9.2.1.5; 3.2.2.1.11.1.1; 3.2.2.1.11.1.2; 3.2.2.1.11.1.3
RESPOSTA 4.2.1 - Relativamente aos artigos referidos, temos: 3.2.2.1.7.3.1.6 -
resposta no projeto de estruturas; 3.2.2.1.8.3.1 - resposta no item carpintarias;
3.2.2.1.8.3.4 - resposta no projeto de instalações elétricas; 3.2.2.1.9.1.1.3 - resposta no
item carpintarias; 3.2.2.1.9.1.1.4 - resposta no item carpintarias; 3.2.2.1.9.1.1.5 -
resposta no item carpintarias; 3.2.2.1.9.1.2.1 - resposta no item carpintarias;
3.2.2.1.9.2.1.1 - resposta no item carpintarias; 3.2.21.9.2.1.2 - resposta no item
serralharias; 3.2.2.1.9.2.1.3 - resposta no item serralharias; 3.2.2.1.9.2.1.4 - resposta no
item serralharias; 3.2.2.1.9.2.1.5 - resposta no item serralharias; 3.2.2.1.11.1.1 -
resposta no item serralharias; 3.2.2.1.11.1.2 - resposta no item serralharias;
3.2.2.1.11.1.3 - resposta no item carpintarias
QUESTÃO 4.2.2 - São omissas as quantidades e unidades do seguinte artigo
3.2.2.1.8.6.1, nem indicam a que vãos é que pertencem
RESPOSTA 4.2.2 - As ferragens estão incluídas no descritivo do vão
QUESTÃO 4.2.3 – É omisso do artigo 3.3.4.4 do mapa de quantidades a espessura
média de modelação do terreno e espessura média de camada de saibro
RESPOSTA 4.2.3 - A espessura média da camada de saibro (pavimento 3) é de 8
cm
QUESTÃO 4.2.4 – Não foram disponibilizadas as medições detalhadas pelo que
solicitamos a disponibilização das mesmas
RESPOSTA 4.2.4 – A equipa projetista não disponibilizou mais elementos relativos
às medições
QUESTÃO 4.2.5 - Relativamente aos artigos 3.3.3.1.1 a 3.3.3.1.6 do mapa de
-
quantidades não existem elementos no caderno de encargos que permitam aferir as
quantidades de escavação em terreno e as quantidades de rocha a desmontar;
RESPOSTA 4.2.5 - Acrescentam-se ao processo dois desenhos em falta com perfis
de modelação do terreno (07.02 e 07.03) – Anexo III.
QUESTÃO 4.2.6 - É omisso artigo para desmonte de rocha
RESPOSTA 4.2.6 - As quantidades referentes aos diversos espaços de escavação
foram divididas em dois, escavação em terra, 3.3.3.1 e desmonte em rocha, 4.1. Destas
alterações não resultam quaisquer alterações ao valor final da estimativa

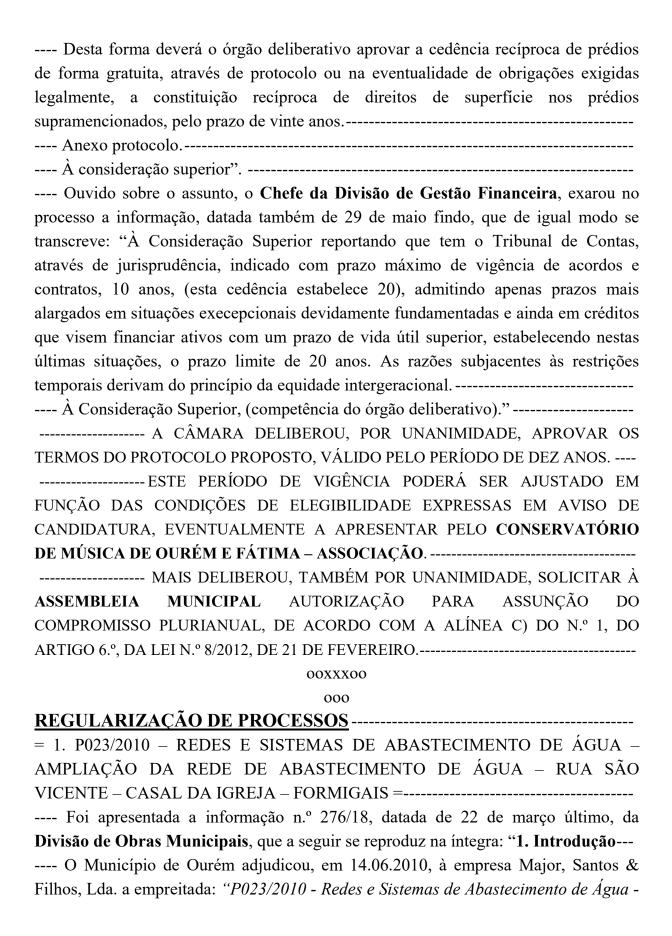




DELIBERADO DENUNCIAR, COM EFEITOS A 30 DE JUNHO EM CURSO, O CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO COM A CONCESSIONÁRIA. ------

ooxxxoo







Ampliação da Rede de Abastecimento de Água - Rua São Vicente - Casal da Igreja - Formigais", para a qual, foi solicitado que se analise o processo que se encontra pendente no sector de Contratação Pública e Aprovisionamento e se dê continuidade ao mesmo de modo à sua regularização e encerramento. ------

2. Análise -----

---- Conforme solicitado superiormente pelo SGD n.º 7804/2012: "... para verificar a situação do processo em causa e "fechar" as que se encontram por fechar" foi consultado o processo referido em epígrafe, do qual não tinha conhecimento, de modo a regularizar o mesmo no que respeita às situações pendentes no acompanhamento de empreitadas pela DOM.-----

---- Dados do processo: ------

Empreiteiro: Major, Santos & Filhos,

& Filhos, Consignação:

09.07.2010

Lda.

Eugénio Moura

Prazo execução:

30 + 52 dias

9.100,00 €

Execução da

Setembro 2010

contratual:

Fiscalização:

Preço

Obra:

Adjudicação: 14.06.2010 Recepção Omissa no processo

provisória:

- a. No que respeita ao encerramento da empreitada é necessário proceder ao cálculo da revisão de preços compensação a que o empreiteiro tem direito, em função da variação dos diversos custos inerentes à concretização do objecto do contrato, tendo em contas as condições existentes à data do concurso:------
 - Nos termos do n.º 1 do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro (regime de revisão de preços), conjugado com o n.º 2 do mesmo artigo, o preço das empreitadas de obras públicas: "... fica sujeito a revisão, em função das variações, para mais ou para menos, dos custos de mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos de apoio, relativamente aos correspondentes valores no mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas." e "A revisão será obrigatória ... e cobre todo o período compreendido entre o mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas e a data do termo do prazo de execução contratualmente estabelecido, acrescido das prorrogações legais."-------
 - O artigo 4º do mesmo diploma refere: "O plano de pagamentos, previsão mensal do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, de acordo com o plano de trabalhos a que diga respeito e aprovado (...), servirá de referência nos cálculos das revisões de preços", ou seja, necessitamos do plano de pagamentos, de acordo com o plano de trabalhos a que diga respeito e aprovado nos termos do artigo 361º do CCP.------



- b. Em 23.09.2010 foi realizada a informação 918/2010/DOM/769 (SGD n.º 14354/2010) na qual propõe a aprovação do plano de trabalhos, o plano de pagamentos e o cronograma financeiro actualizado ao plano final da consignação nos termos do n.º 3 do artigo 361º do CCP, tendo sido aprovado em 30.07.2010. -
- c. Em 10.09.2010 foi realizada a informação 1372/2010/DOM (SGD n.º 20984/2010) na qual propõe a aprovação de uma prorrogação de prazo de 52 dias e os correspondentes planos de trabalhos e pagamentos, tendo sido aprovado 25.11.2010.------

Processo: P023/2010/GCP Obra:: Empreitada: Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliaçã

Rua São Vicente - Casal da Igreja - Formigais

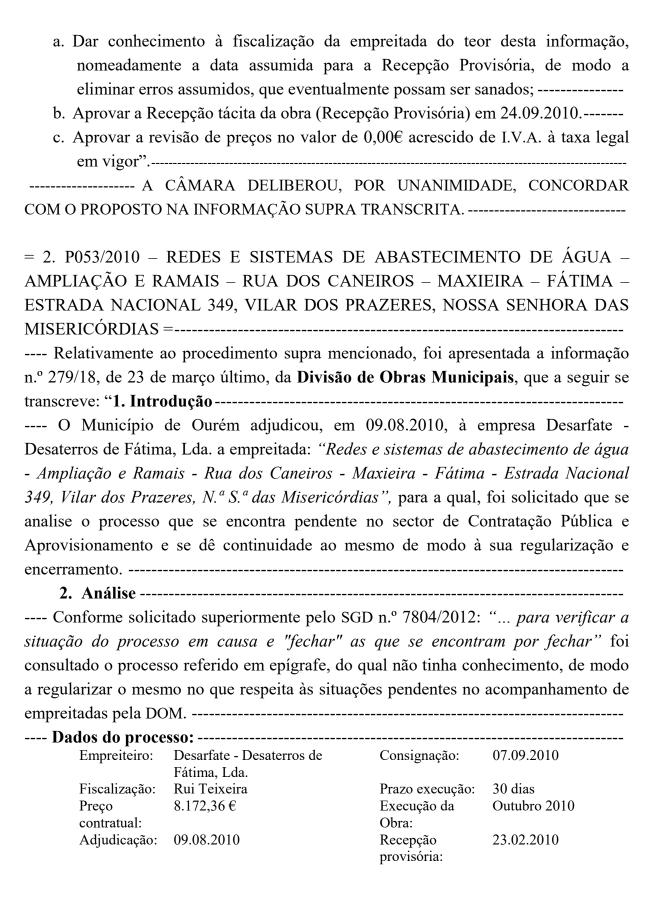
Trabalhos a preços de con

Trabalhos do contrato

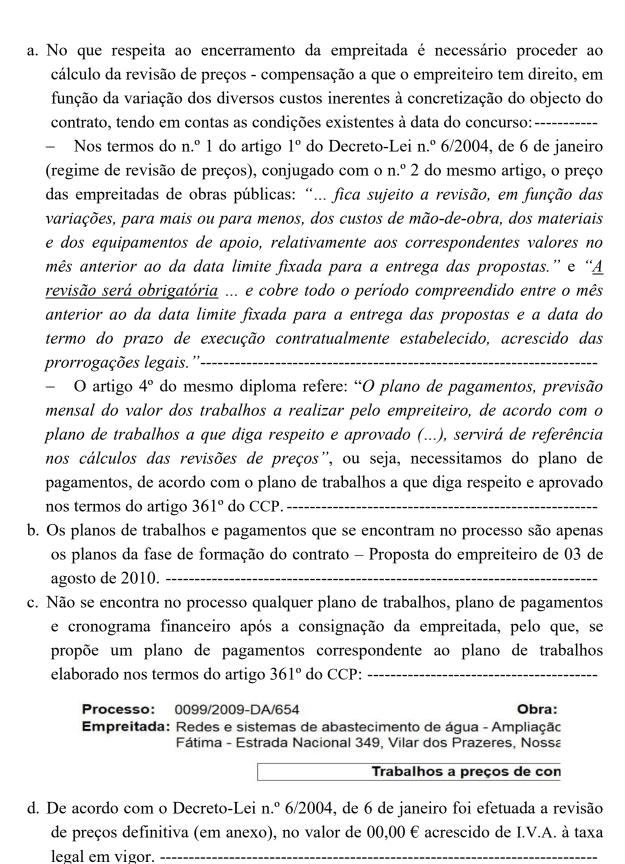
- d. A empreitada não tem Recepção Provisória, porém, verifica-se que:-----
 - o n.º 8 do artigoº 365 do CCP refere: "Ainda que não tenha sido observado o disposto nos números anteriores, a obra considera-se tacitamente recebida sempre que a mesma seja afecta pelo dono de obra aos fins a que se destina, sem prejuízo da obrigação de garantia regulada na presente secção e das sanções a que haja lugar nos termos da legislação aplicável, designadamente quando o empreiteiro não executou correctamente o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição." --------
 - Verificando-se que foram realizados os trabalhos relativos ao ramal de ligação, desinfeção, ensaio de estanquidade e ligação à rede publica conforme auto de medição n.º 1, de 24.09.2010 e dado que, no processo é omisso qualquer defeito ou anormalidade destes trabalhos, considera-se a Recepção Provisória da Empreitada a data do auto de medição, de 24.09.2010.------
- e. De acordo com o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro foi efetuada a revisão de preços definitiva (em anexo), no valor de 00,00 € acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor. ------
- 3. Conclusão -----

---- Deste modo, propõe-se, salvo opinião em contrário, de modo a regularizar a empreitada designada em epigrafe:-----



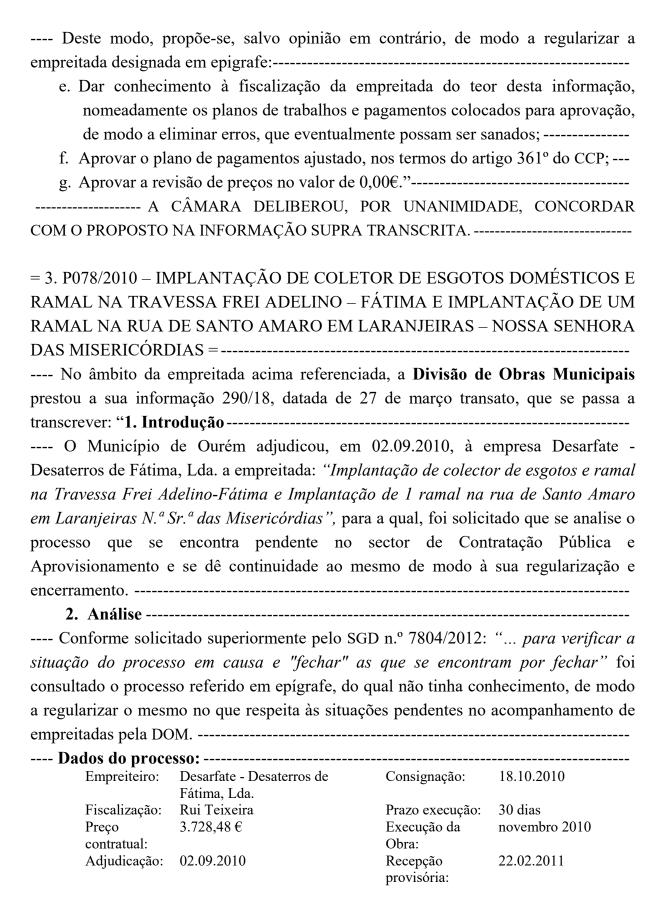






3. Conclusão -----







- a. No que respeita ao encerramento da empreitada é necessário proceder ao cálculo da revisão de preços compensação a que o empreiteiro tem direito, em função da variação dos diversos custos inerentes à concretização do objecto do contrato, tendo em contas as condições existentes à data do concurso:------
- b. Em 25.10.2010 foi realizada uma movimentação (SGD n.º 21638/2010) na qual propõe a aprovação do plano de trabalhos, o plano de pagamentos e o cronograma financeiro actualizado ao plano final da consignação nos termos do n.º 3 do artigo 361º do CCP, tendo sido aprovado em 27.11.2010: ------

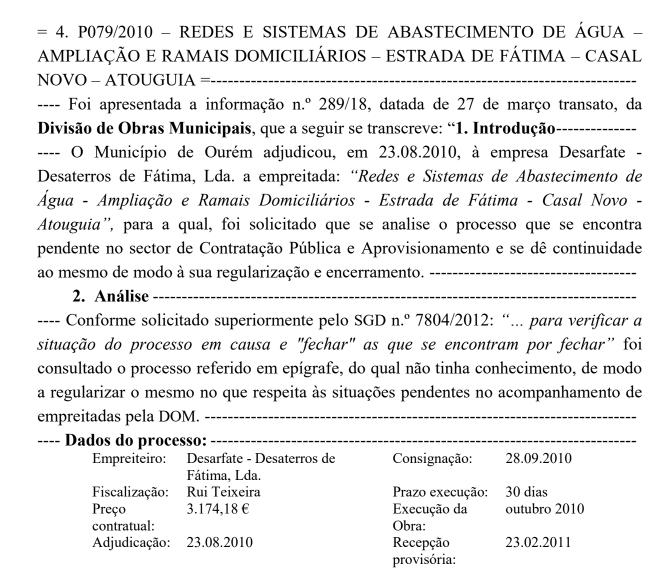
Empreiteiro: Desarfate - Desaterros de Fátima, Lda.

Processo: 0039/2010-DA/343 Obra:

Empreitada: Implantação de colector de esgotos domésticos e 1 rama Implantação de 1 ramal de esgotos domésticos na rua de

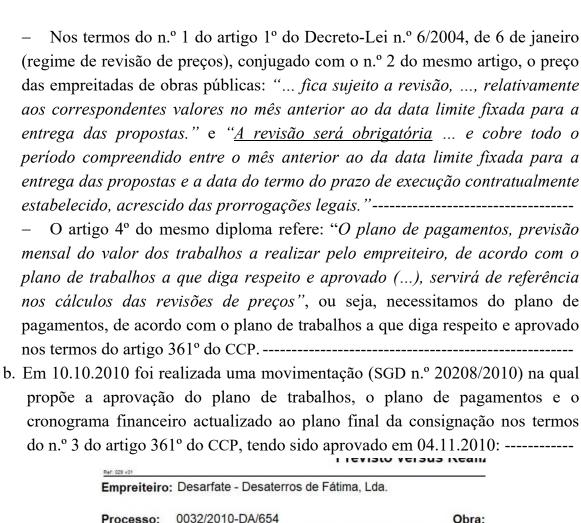
c. De acordo com o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro foi efetuada a revisão de preços definitiva (em anexo), no valor de 00,00 € acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor. ------





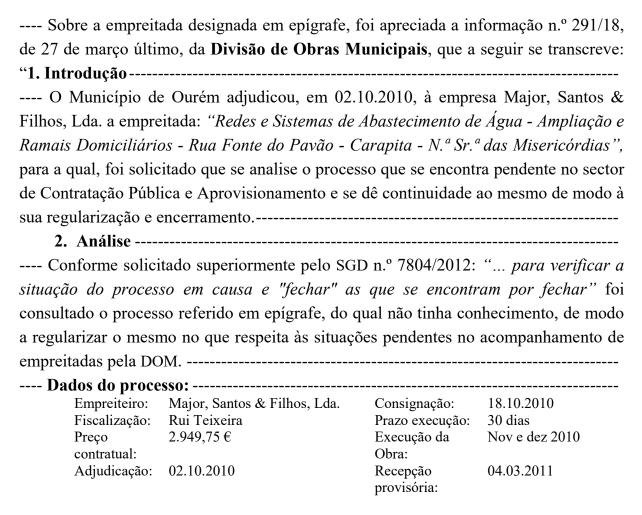
a. No que respeita ao encerramento da empreitada é necessário proceder ao cálculo da revisão de preços - compensação a que o empreiteiro tem direito, em função da variação dos diversos custos inerentes à concretização do objecto do contrato, tendo em contas as condições existentes à data do concurso:------





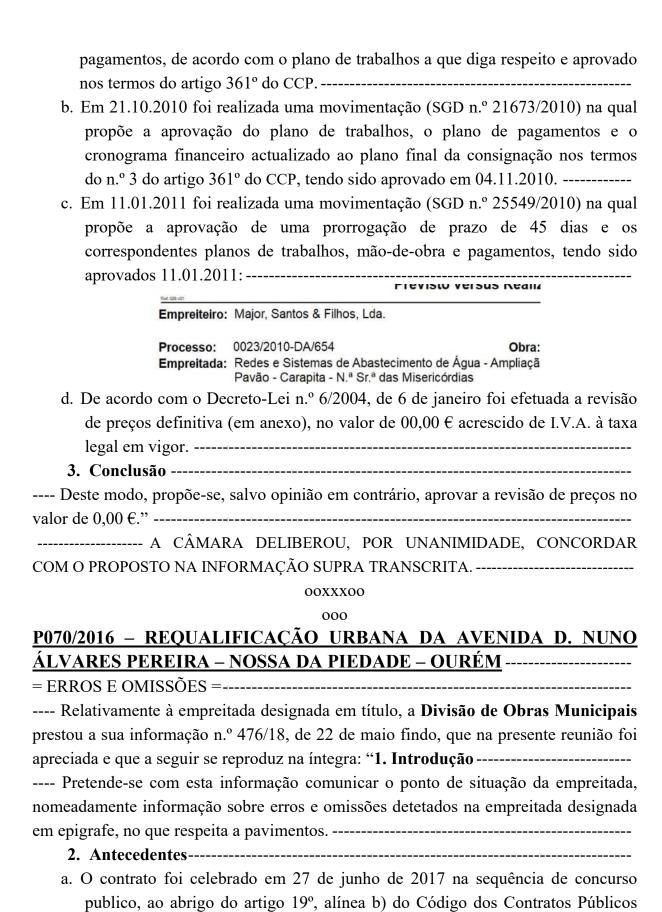
Processo: 0032/2010-DA/654 Obra: Empreitada: Redes e Sistemas de Abastecimento de Água - Ampliação



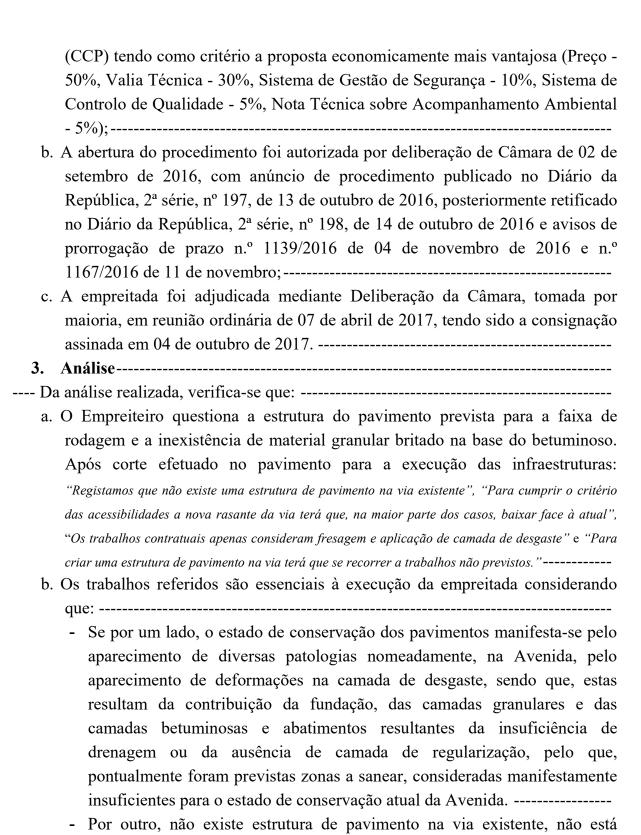


- a. No que respeita ao encerramento da empreitada é necessário proceder ao cálculo da revisão de preços:-----

 - O artigo 4º do mesmo diploma refere: "O plano de pagamentos, previsão mensal do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, de acordo com o plano de trabalhos a que diga respeito e aprovado (...), servirá de referência nos cálculos das revisões de preços", ou seja, necessitamos do plano de







prevista qualquer estrutura de pavimento em zonas onde os passeios atuais passam a faixa de rodagem ou bolsas de estacionamento, e a execução de



diversas infraestruturas na faixa de rodagem não prevê a reposição do pavimento nomeadamente a caixa de pavimento e camada de regularização.

- c. Entende-se que os trabalhos apresentados deverão ser realizados como Suprimentos de Erros e Omissões, dado tratar-se de trabalhos não previstos no contrato ou defeituosamente nele previstos, ainda que resulte de uma circunstância que não foi prevista ou de uma imprevisão da espécie e quantidade de trabalhos por, precisamente, se revelarem ou afigurarem desajustados à realidade efetivamente existente.------
- d. Os trabalhos eram identificáveis pelo adjudicatário na fase pré-contratual, sendo aplicável o ponto ii) da alínea a) do n.º 1 do artigo 61º do CCP "espécie ou quantidade de prestação estritamente necessárias à integral execução do objecto a contrato": ------
 - Relativamente a estes trabalhos, verificou-se que os mesmos foram identificados na fase de formação do contrato, por diversos concorrentes, não tendo sido aceites pelo Dono de Obra, nomeadamente:----
 - i. "Abertura de caixa em zona de passeios e ilhéus existentes, para execução de faixa de rodagem nova. Estrutura de pavimentos a indicar pelo Dono de Obra. -----
 - ii. Abertura de caixa em zona de passeios existentes, para execução de estacionamentos em betuminoso novos. Estrutura de pavimentos a indicar pelo dono de Obra. -----
 - iii. (Medição correspondente às adutoras e troços da distribuidora a instalar no pavimento existente) Levantamento de tapete betuminoso e reposição da camada de regularização, incluindo corte mecânico com disco segundo as marcações do pavimento a levantar, abertura de caixa, carga, transporte dos produtos sobrantes a vazadouro e descarga. Camada de tout-venant com 0,30m de espessura, devidamente regada e compactada. ------
 - iv. (Iluminação Pública Travessias) Levantamento de tapete betuminoso e reposição da camada de regularização, incluindo corte mecânico com disco segundo as marcações do pavimento a levantar, abertura de caixa, carga, transporte dos produtos sobrantes a vazadouro e descarga. Camada de tout-venant com 0,30m de espessura, devidamente regada e compactada." --------

 - vi. Tendo em consideração os veículos (em género e em quantidades) que circulam nesta avenida, a estrutura prevista em projecto para o pavimento, parece ser manifestamente insuficiente para cumprir com a sua função no tempo."------

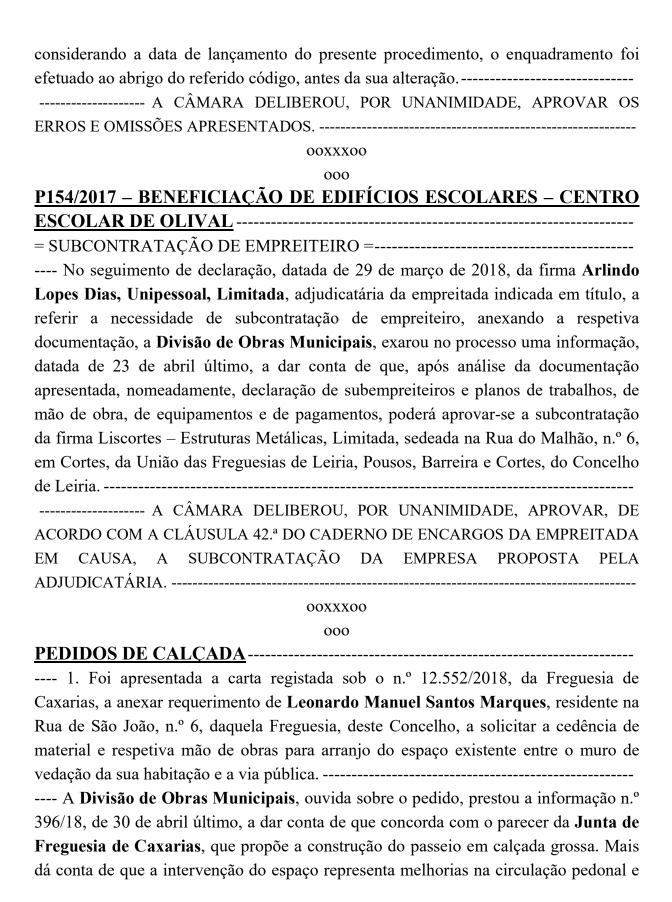


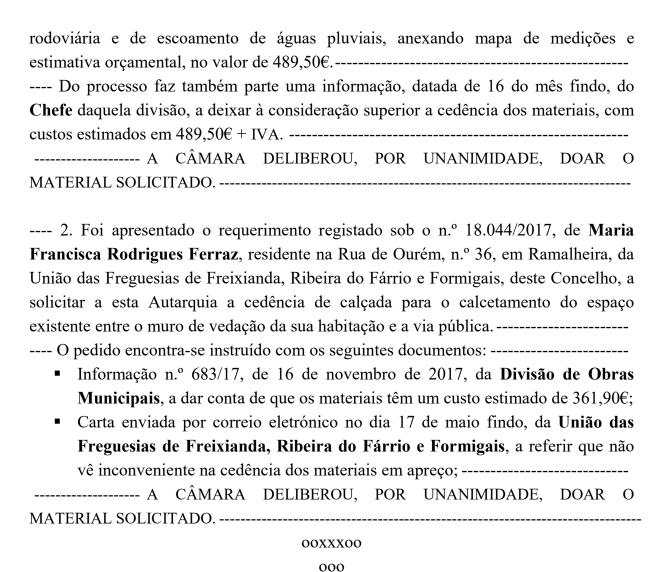
- h. Nos termos do n.º 1 do artigo 378º do CPP a responsabilidade do dono de obra corresponde à totalidade dos preços dos trabalhos de suprimentos dos erros e omissões, sendo que, o valor a pagar ao empreiteiro é de 90.885,00 €, conforme trabalhos descritos na tabela seguinte:-----

Código	Designação	un	Quant	Preço Unit.	Total
EO 1.1	Execução de escavação para colocação do terreno á cota de projecto, abertura de caixa para pavimento, valas para implantação de fundações.	m3	3993,16	3,40 €	13 576,7 €
EO 1.2	Remoção e transporte a vazadouro dos produtos sobrantes do movimento de terras, em separado ou em conjunto consoante a sua natureza.	m3	4711,93	2,00 €	9 423,86 €
EO 1.3	Fornecimento e colocação de tout-venant, em saneamento e caixa de pavimento, devidamente regado e compactado em camadas com espessura não superiores a 0,20m.	m3	1055,94	10,20 €	10 770,59 €
EO 1.4	Fornecimento e aplicação de rega betuminosa de impregnação.	m2	9550,80	0,40 €	3 820,32 €
EO 1.5	Fornecimento e aplicação de pavimento betuminoso tipo "Binder" em camada de regularização, com a espessura de 6 cm.	m2	9550,80	5,58 €	53 293,49 €
				TOTAL	90 885,00 €

i. No que respeita à modificação objetiva do contrato: ------- Verifica-se a alínea b) do artigo 312º e alínea a) do artigo 311º todos do CCP, sendo que, o contrato pode ser modificado "Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes" e "Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato". ------ verifica-se a limitação imposta pelo princípio da concorrência, densificada no n.º 2 do artigo 313.ºdo CCP, sendo que, não se alteraria o adjudicatário como o concorrente com a melhor proposta. -----4. Conclusão---------- Deste modo, propõe-se, salvo opinião em contrário: ----a. Verificar com a Divisão de Gestão Financeira (DGF) a necessidade de cabimentação da despesa; -----b. Aprovar os trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões, no valor de 90.885,00€; ----c. Proceder à modificação objetiva do contrato."--------- Ouvido sobre o assunto, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira exarou no processo uma informação, datada de 29 também de maio findo, a dar conta de que os erros e omissões propostos dispõem de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. --------- Tomou a palavra o Senhor Vereador José Augusto Dias dos Reis, que colocou algumas questões relativamente ao enquadramento legal dos presentes erros e omissões, no âmbito do Código dos Contratos Públicos, tendo sido solicitada a

presença do Técnico Superior Bruno Martinho Freire Ribeiro, que esclareceu que,



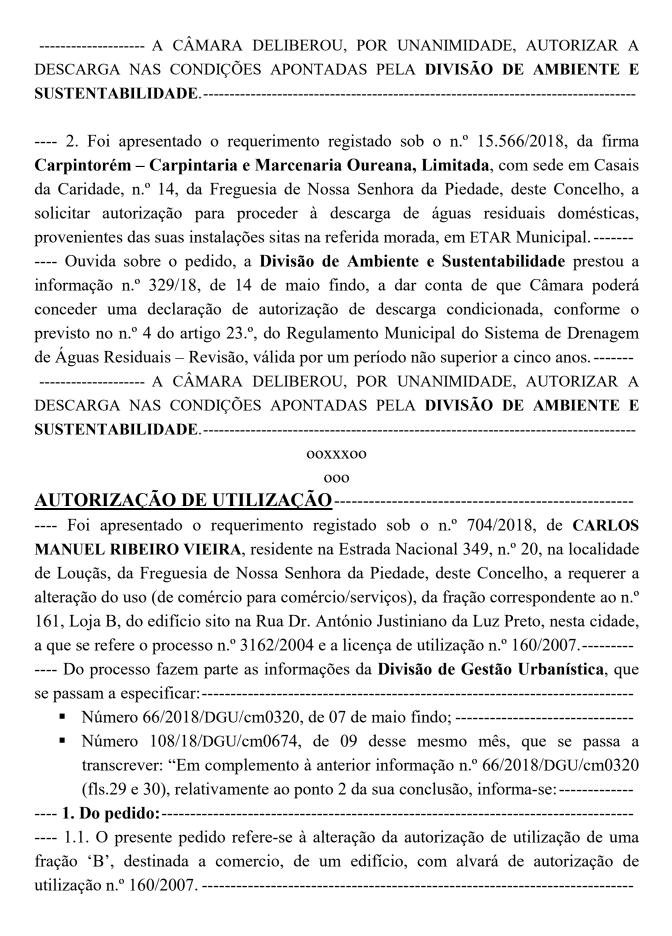


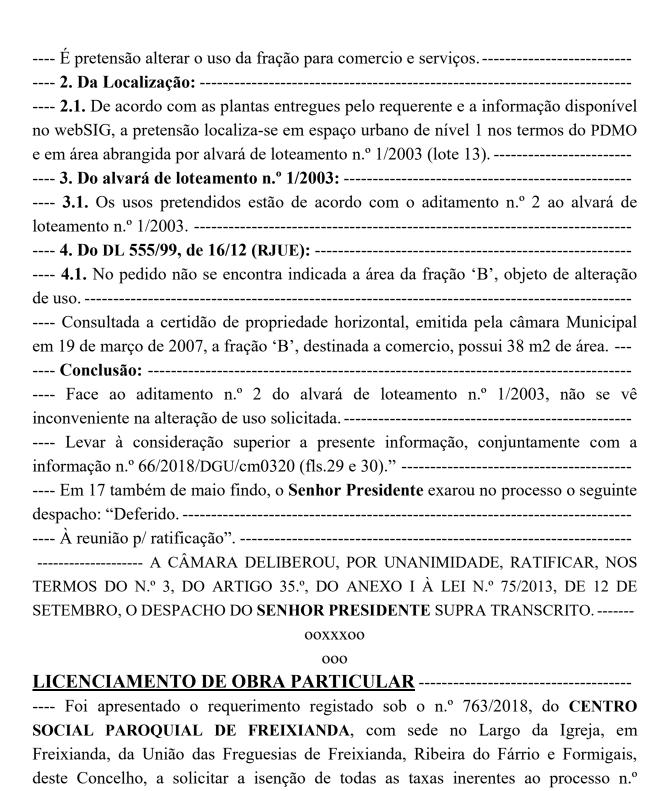
PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE DESCARGA DE ÁGUAS RESIDUAIS EM ETAR -----

---- 1. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 14.716/2018, da firma Vasco Manuel Silva – Reparação e Manutenção de Automóveis, Unipessoal, Limitada, com sede na Rua da Subida, n.º 252, em Lameira, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a solicitar autorização para proceder à descarga de águas residuais domésticas, provenientes do seu estabelecimento industrial, sito na referida morada, em ETAR Municipal. --------- Ouvida sobre o pedido, a Divisão de Ambiente e Sustentabilidade prestou a

informação n.º 330/18, de 14 de maio findo, a dar conta de que a Câmara poderá conceder uma declaração de autorização de descarga condicionada, conforme o previsto no n.º 4 do artigo 23.º, do Regulamento Municipal do Sistema de Drenagem de Águas Residuais – Revisão, válida por um período não superior a cinco anos. -----







Do processo fazem parte as informações, que se passam a especificar: ----- Número 61/2018/DGU/cm0428, de 09 de maio findo, da Divisão de Gestão Urbanística, que se passa a transcrever: "O requerente vem solicitar "...a

238/2016, de que é titular, bem como a devolução da importância de 196,50€, paga aquando da apreciação do pedido de licenciamento. -----



isenção do pagamento de todas as taxas resultantes do decorrer do processo nº 238/2016 — Projeto de ampliação de um lar, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 9 do RMUETCUCO, em virtude de se tratar de uma instituição Particular de Solidariedade social e a devolução da quantia no valor de 196,50€, paga em 11-08-2016, pela apreciação do pedido de licenciamento, nos termos do artigo 77.º da tabela geral de taxas e outras receitas."------

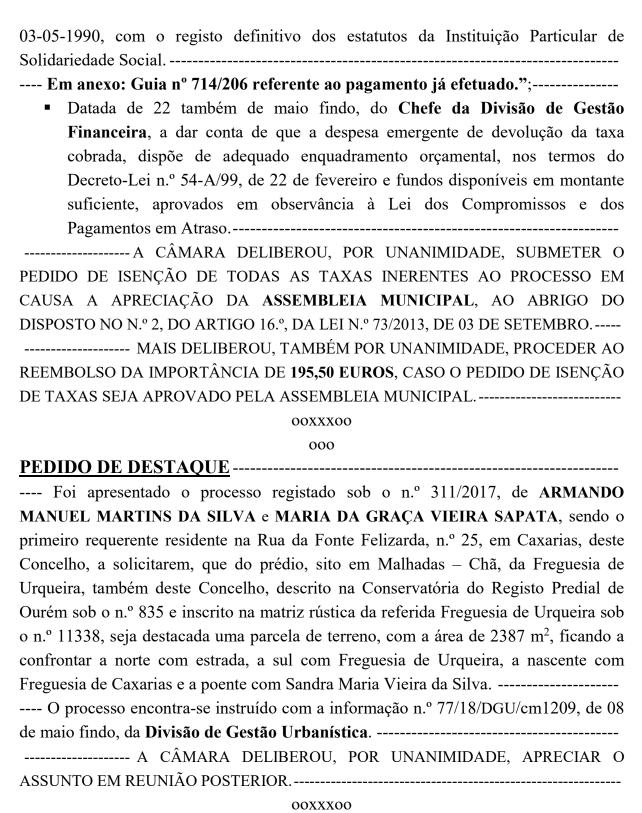
---- Enquadramento legal: -----

- Nos termos do n.º1 do artigo 34.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Ourém: "Estão isentos do pagamento de taxas as entidades públicas ou privadas desde que beneficiem expressamente do regime de isenção previsto em preceito legal" e nos termos do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro: "O Estado, as Regiões Autónomas e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, compreendendo os institutos públicos que não tenham caráter empresarial, bem como os municípios e freguesias e as suas associações, estão isentos de pagamento de todos os impostos previstos na presente lei, com exceção da isenção do IMI dos edificios não afetos a atividades de interesse público." -----
- Nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro: "A Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas a que se refere o presente regulamento." ------
- Nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 9.º do RMUETCUCO, relativamente às isenções de taxas pela concessão de licenças ou de autorização estão isentas as seguintes entidades:------

---- "As instituições particulares de solidariedade social, legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem, diretamente, à realização dos seus fins;" ------

---- À consideração superior o teor da informação tendo em conta que o requerimento apresentado está documentado com a declaração publicada no Diário da República de







REGIME JURÍDICO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS ------

- 2. A concretização não passa só pela simplificação de procedimentos, mas também pela criação de mecanismos de articulação entre as várias entidades com competências no processo destinados a agilizar os processos de decisão.---

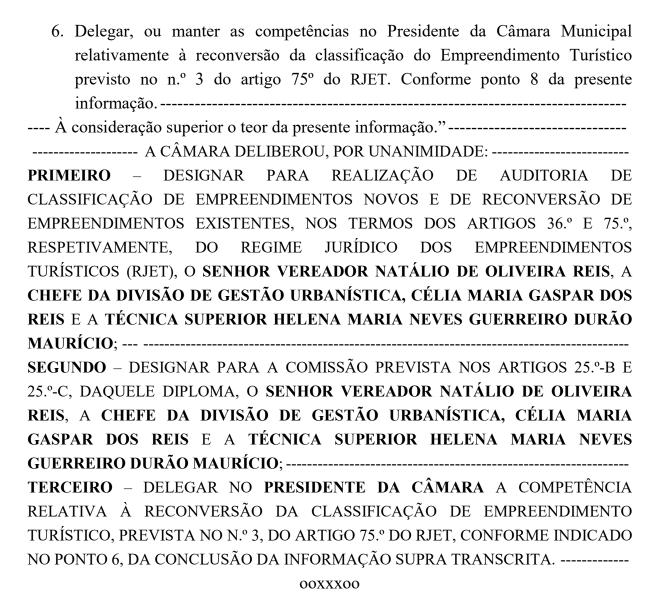
- 5. O regime eliminou ainda a obrigatoriedade da intervenção do Turismo de Portugal, I.P. na fase de controlo prévio da edificação, passando esta entidade apenas a intervir em sede de classificação de empreendimentos turísticos.-----
- A classificação dos Empreendimentos Turísticos está prevista nos artigos 34.º e seguintes do RJET.
 O Turismo de Portugal, I. P., no caso de Estabelecimentos hoteleiros, Aldeamentos turísticos, Apartamentos turísticos, Conjuntos turísticos (resorts) e



- 7. Após a realização da auditoria, o Turismo de Portugal, I. P., ou o <u>Presidente da Câmara Municipal</u>, consoante os casos, fixa a classificação do empreendimento turístico, conforme o n.º 5 do artigo 36º do RJET. ------

---- <u>Conclusão:</u> ------ Face ao exposto, a presente informação deve ser remetida a Reunião de Câmara para:-----

- 2. Determinar os intervenientes da Câmara Municipal para a comissão prevista no artigo 25.º-B e 25.º-C do RJET, relativos ao procedimento e decisão no âmbito de um Pedido de Informação Prévia em solo rústico ou parcialmente rústico. ---
- 3. Delegar, ou manter as competências no Presidente da Câmara conforme previsto no artigo 25.º-B do RJET, relativamente aos Pedido de Informação Prévia em solo rústico ou parcialmente rústico e mencionados no ponto 4 da presente informação. ------
- 4. Delegar, ou manter as competências no Presidente da Câmara relativamente à determinação da realização de auditoria nos termos do n.º 1 artigo 36º e do n.º 3 do artigo 75º ambos do RJET conforme ponto 6 e 7 da presente informação. ----
- 5. Delegar, ou manter as competências no Presidente da Câmara relativa à fixação da clarificação do empreendimento turístico prevista nos termos do n.º 5 do 36º do RJET conforme ponto 7 da presente informação. ------

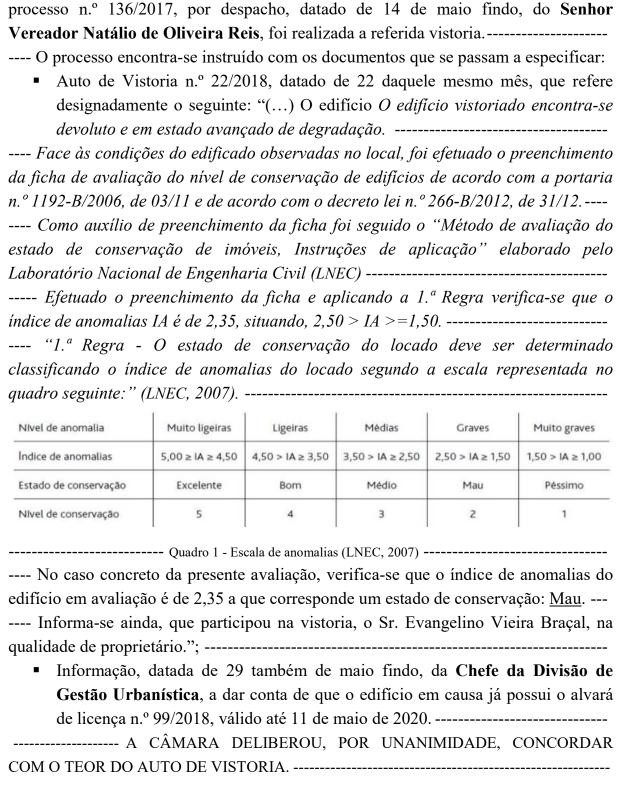


000

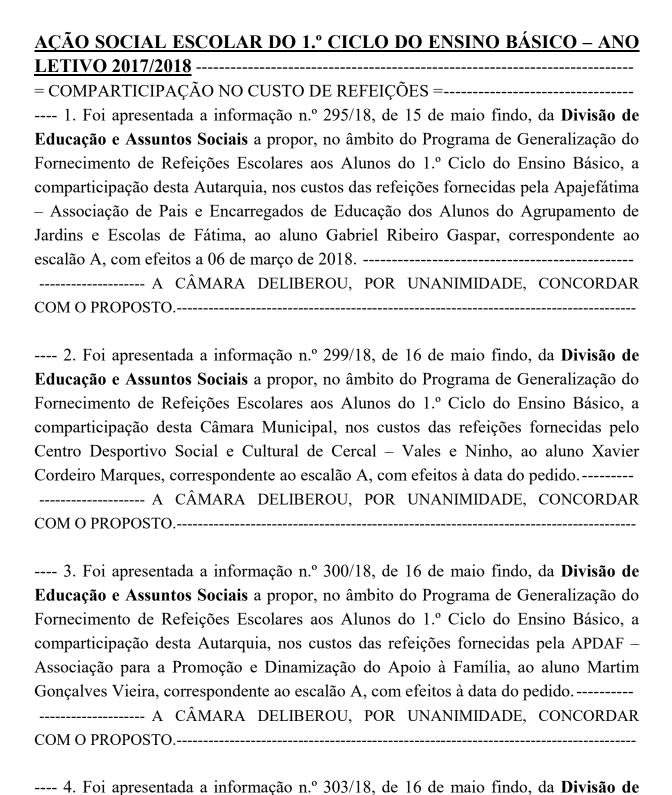
<u>BENEFICIAÇÃO/DEMOLIÇÃO DE EDIFICAÇÃO – SEGURANÇA E SALUBRIDADE PÚBLICAS</u>------

---- No seguimento do requerimento registado sob o n.º 16.573/2018, de **Evangelino Vieira Braçal**, residente na Rua da Escola, n.º 403, em Pinhel, da Freguesia de Atouguia, deste Concelho, na qualidade de proprietário do imóvel, em avançado estado de degradação, sito na Rua Teófilo Braga, nesta cidade, a requerer nos termos da Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e para efeitos do previsto nos artigos 45.º e 71.º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, a realização de vistoria, para intervenção urbanística de reabilitação do referido imóvel, para o qual já apresentou nesta Câmara o respetivo projeto, que corresponde ao

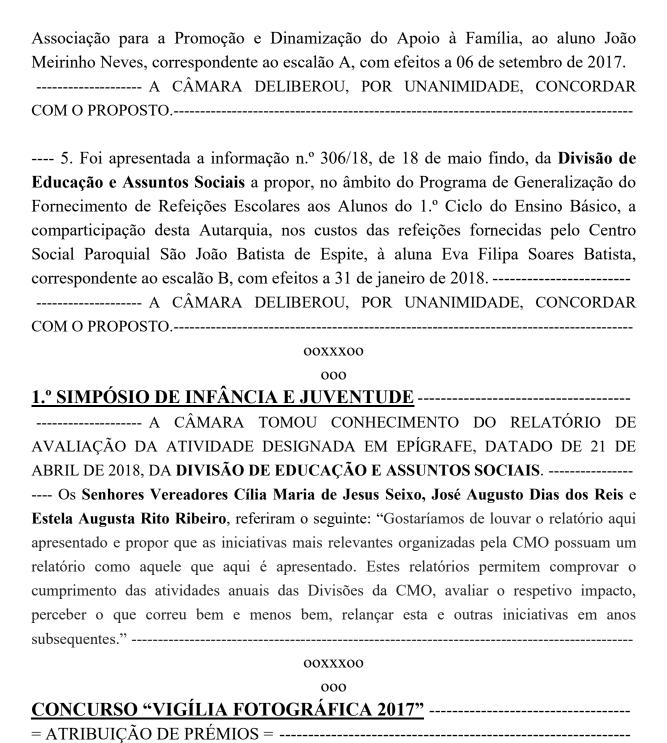






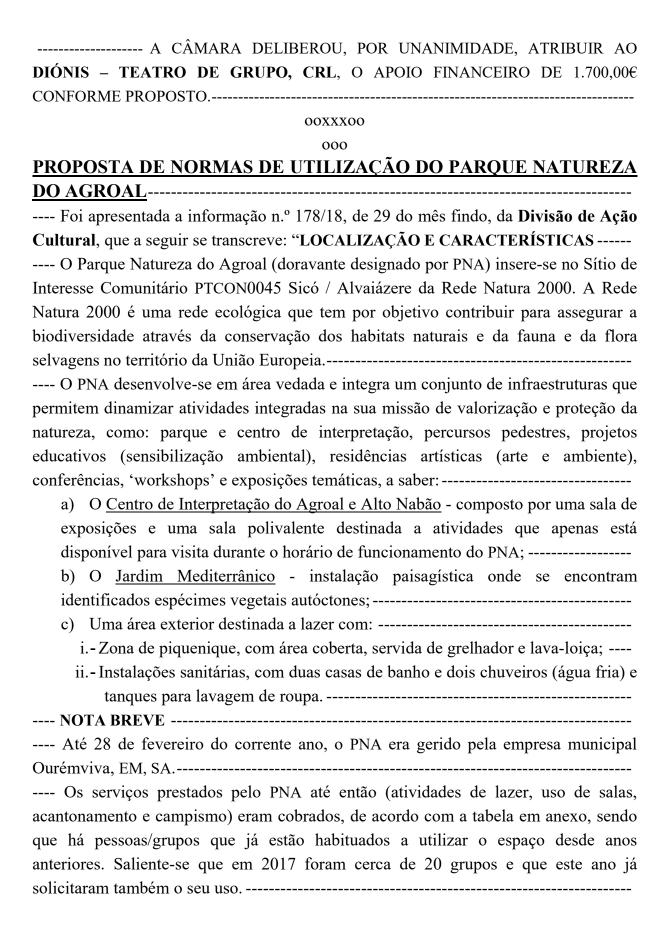


Educação e Assuntos Sociais a propor, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, a comparticipação desta Autarquia, nos custos das refeições fornecidas pela APDAF —

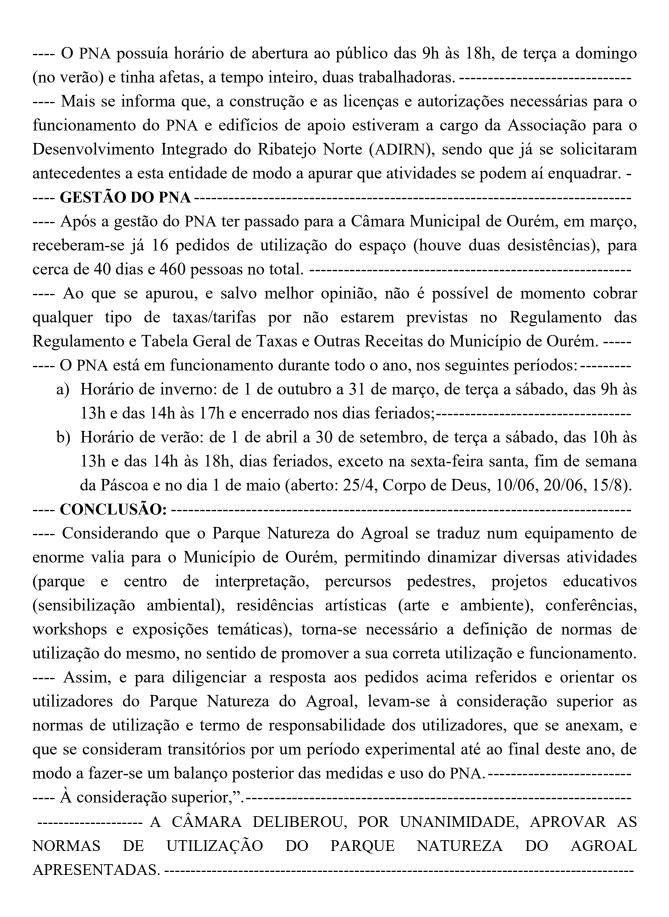


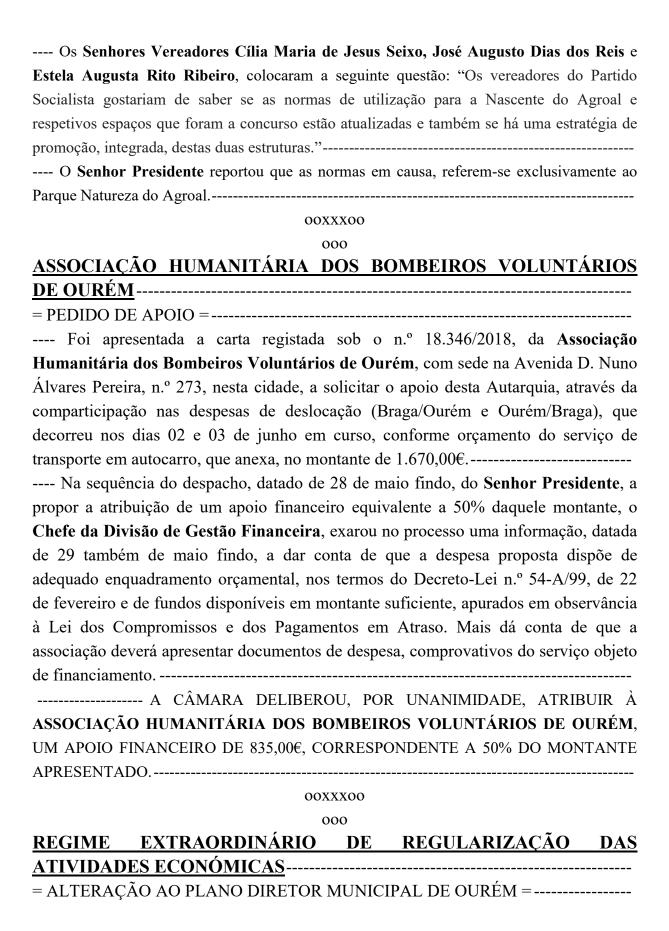
---- A Chefe da Divisão de Ação Cultural, através da sua informação n.º 174/18, datada de 28 de maio findo, colocou à consideração superior a atribuição do montante de 1.700,00€, ao DIÓNIS − Teatro de Grupo, CRL (sedeado na Avenida D. José Alves Correia da Silva, n.º 123, no Centro Comercial Fatimae, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho), como comparticipação nas despesas com a organização do referido concurso e atribuição de prémios aos respetivos vencedores.--



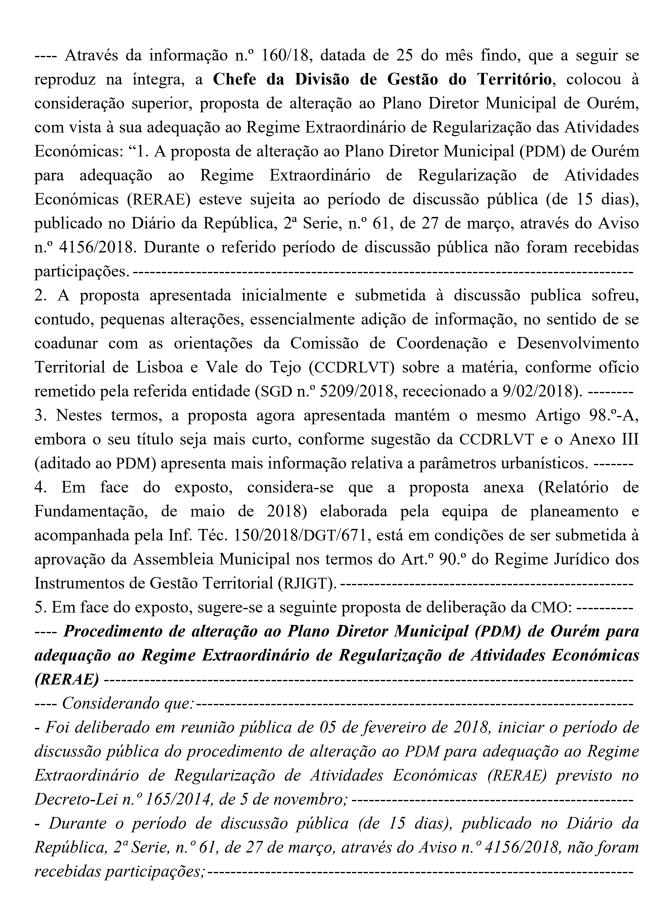


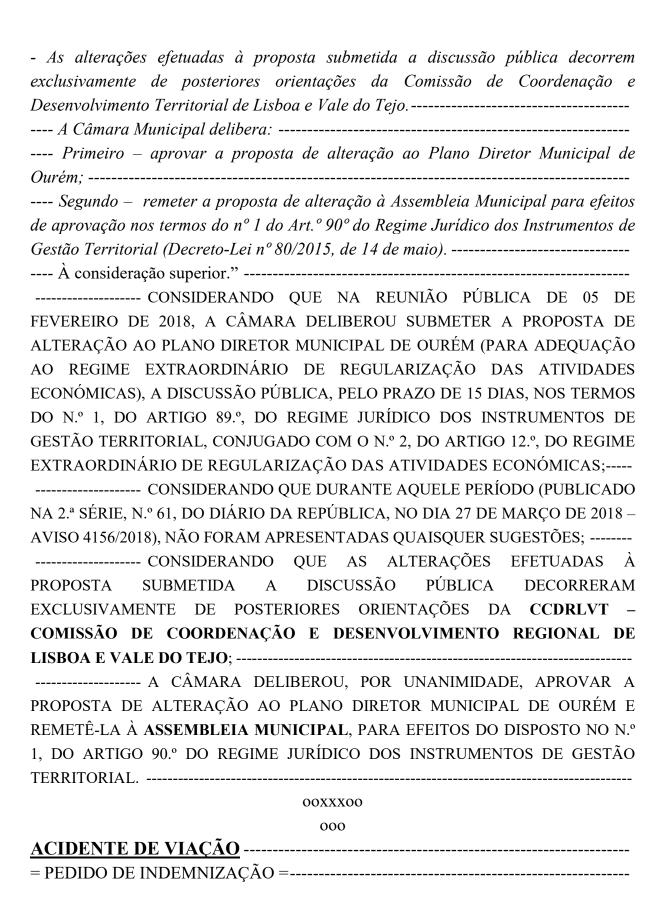














---- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 10.293/2018, do Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, a anexar requerimento de Monique Rachel Illona, residente na Rua Manuel Tuna, n.º 20, no lugar de Valongo, daquela união de freguesias, deste Concelho, a solicitar o ressarcimento da importância de 231,60€, referente aos danos causados na viatura, sua propriedade, de matrícula 77-04-NJ, marca Volkswagen, modelo Golf IV cabriolet, em virtude de acidente de viação, quando circulava na Rua Principal, na localidade de Fárrio, da dita união de freguesias, no qual danificou os dois pneus do lado direito da referida viatura, devido ao mau estado em que se encontrava o alcatrão daquela via.------- O Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, ouvido sobre o assunto, prestou a informação n.º 22/18, de 15 de maio findo, a dar conta, em função dos factos apurados, de que não existe nexo de causalidade entre os fatores e os danos, não podendo, salvo melhor opinião, ser imputada a responsabilidade ao Município, por não verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, termos em que propõe a intenção de indeferimento do pedido de indemnização, podendo a interessada, querendo, por escrito e no prazo de 10 dias, nos termos dos artigos 121.º e 122.º, do Código do Procedimento Administrativo, dizer o que se lhe oferecer.--------- Do processo faz ainda parte uma informação, datada de 16 também de maio findo, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, a referir que a despesa emergente, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INFORMAR MONIQUE RACHEL ILLONA DE QUE TENCIONA INDEFERIR O PEDIDO PELAS RAZÕES CONSTANTES DA INFORMAÇÃO DO DIRIGENTE DA SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO E AINDA DE QUE PODERÁ, NO PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 122.º, DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PRONUNCIAR-SE, POR ESCRITO SOBRE A EVENTUALIDADE DE TAL DECISÃO. -----

ooxxxoo

000

REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO-----

---- Relativamente ao assunto designado em epígrafe, o Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, prestou a sua

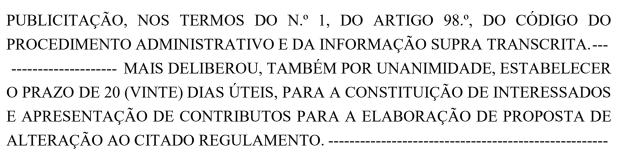


informação n.º 67/18, de 11 de maio findo, que a seguir se reproduz na íntegra: "1. Foi solicitado pelo Sr. Presidente da Câmara a revisão do Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público, através da comunicação interna n.º 25/2018.------

- 3. Salienta-se que poderão os munícipes 'constituir-se como interessados', bem como apresentar contributos para o Regulamento. ------

- 6. Deverá, ainda, a Câmara Municipal designar o gestor do procedimento, para efeitos do art.º 55.º do referido CPA. Nos termos do n.º 4 do referido artigo, "No órgão colegial, a delegação prevista no n.º 2 é conferida a membro do órgão ou a agente dele dependente".-----



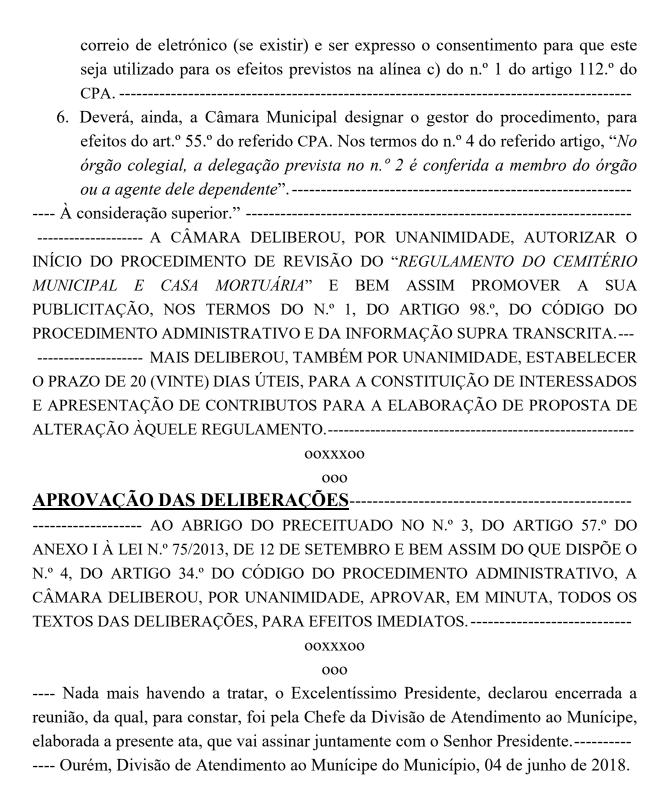


ooxxxoo

000

REVISÃO DO REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL E CASA MORTUÁRIA -----

- 3. Salienta-se que poderão os munícipes 'constituir-se como interessados', bem como apresentar contributos para o Regulamento. ------
- 5. Uma vez que a 'constituição como interessado' é comum a todas as revisões e elaborações de Regulamentos, sugere-se, respeitosamente, os serviços de informática do Município procedam à elaboração e um requerimento tipo, a disponibilizar na página de internet do Município, identificando os campos 'qual o procedimento a que o mesmo se reporta', bem como o nome do interessado, o seu número de identificação fiscal, domicílio e endereço de





O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 04/06/2018

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2017.10.30;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de atas Reunião de Câmara de 21 de maio de 2018.

1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

= Deslocação do Senhor Presidente da Câmara a Roma – Proposta n.º 10/2018, datada de 29 de maio de 2018, do Senhor Presidente.

1.3. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de silvicultura preventiva em áreas integradas em Reserva Agrícola Nacional (RAN):
 - Carta registada sob o n.º 13.628/2018, da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, sobre o pedido da firma Geoterra – Estudos e Serviços Integrados, Limitada;
 - 2. Carta registada sob o n.º 17.241/2018, da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, sobre o pedido da União das Freguesia de Gondemaria e Olival.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

2.1. EXPEDIENTE

= Ampliação do número de compartes ou constituição de compropriedade – Requerimento registado sob o n.º 2832/2018, da Advogada Lurdes Tiago, sobre prédios sitos em Castanheirinho, da Freguesia de Espite.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Ação Ordinária n.º 1326/11.3TBVNO Fábrica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima Informação n.º 54/18, de 22 de maio, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira;
- = P070/2016 Requalificação Urbana da Avenida D. Nuno Álvares Pereira Nossa Senhora da Piedade Ourém Pedido de adiantamento de preço Carta, datada de 14 de maio de 2018, do consórcio constituído pelas firmas Vibeiras Sociedade Comercial de Plantas, S.A. e CMR Construções Martins & Reis, Limitada.

3.1. CONTABILIDADE

= Sistema de drenagem de águas residuais do Concelho de Ourém – Devolução da tarifa de ligação ao sistema – Informação, datada de 22 de maio, da Contabilidade.



3.2. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = P028/2016 Reabilitação do Caminho Municipal Matas Espite 2.ª fase Regularização de trabalhos de suprimento de erros e omissões Informação, datada de 29 de maio, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira;
- = P059/2018 Prestação de serviços de consultoria jurídica durante um ano Avença Informação n.º 213/18, de 03 de maio, da Contratação Pública e Aprovisionamento (CPA);
- = P076/2018 Prestação de serviços de seguros durante 12 meses (Acordo Quadro Lotes 1 a 6) Informação n.º 247/18, datada de 25 de maio, da CPA;
- = P182/2017 Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua Adaptação para Espaços Museológicos Erros e omissões Ata n.º 3, de 29 de maio, do Júri do procedimento.

3.3. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

- = Arrendamento de edifício sito no Parque da Cidade António Teixeira Hasta pública Carta registada sob o n.º 17.736/2018, de Filipe Miguel Pereira Antunes;
- = Instalação de creche em Fátima Proposta de protocolo de cedência recíproca de prédios Informação n.º 51/18, de 29 de maio, do Património e Notariado.

4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- = Regularização de processos:
 - 1. P023/2010 Redes e sistemas de abastecimento de água Ampliação da rede de abastecimento de água Rua São Vicente Casal da Igreja Formigais Informação n.º 276/18, de 22 de março de 2018, da Divisão de Obras Municipais (DOM);
 - P053/2010 Redes e sistemas de abastecimento de água Ampliação e ramais Rua dos Caneiros – Maxieira – Fátima – Estrada Nacional 349. Vilar dos Prazeres, Nossa Senhora das Misericórdias – Informação n.º 279/18, de 23 de março de 2018, da DOM;
 - 3. P078/2010 Implantação de coletor de esgotos domésticos e ramal na Travessa Frei Adelino Fátima e Implantação de um ramal na Rua de Santo Amaro em Laranjeiras Nossa Senhora das Misericórdias Informação n.º 290/18, de 27 de março de 2018, da DOM:
 - 4. P079/2010 Redes e sistemas de abastecimento de água Ampliação e ramais domiciliários Estrada de Fátima Casal Novo Atouguia Informação n.º 289/18, de 27 de março de 2018, da DOM;
 - 5. P080/2010 Redes e sistemas de abastecimento de água Ampliação e ramais domiciliários Rua Fonte do Pavão Carapita Nossa Senhora das Misericórdias Informação n.º 291/18, de 27 de março de 2018, da DOM;
- = P070/2016 Requalificação Urbana da Avenida D. Nuno Álvares Pereira Nossa Senhora da Piedade Ourém Erros e omissões Informação n.º 476/18, de 22 de maio, da DOM;
- = P154/2017 Beneficiação de edifícios escolares Centro Escolar de Olival Subcontratação de empreiteiro Informação, datada de 23 de abril de 2018, da DOM;
- = Pedidos de calçada:
 - 1. Carta registada sob o n.º 12.552/2018, da Freguesia de Caxarias, a anexar requerimento de Leonardo Manuel Santos Marques;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 18.044/2017, de Maria Francisca Rodrigues Ferraz.

5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

= Pedidos de autorização de descarga de águas residuais em ETAR:



- 1. Requerimento registado sob o n.º 14.716/2018, da firma Vasco Manuel Silva Reparação e Manutenção de Automóveis, Unipessoal, Limitada;
- 2. Requerimento registado sob o n.º 15.566/2018, da firma Carpintorém Carpintaria e Marcenaria Oureana, Limitada.

6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Autorização de utilização Requerimento registado sob o n.º 704/2018, de Carlos Manuel Ribeiro Vieira, instruído com a informação n.º 66/2018/DGU/cm0320, de 07 de maio, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
- = Licenciamento de obra particular Requerimento registado sob o n.º 763/2018, do Centro Social Paroquial de Freixianda, instruído com a informação n.º 61/2018/DGU/cm0428, de 09 de maio, da DGU;
- = Pedido de destaque Processo registado sob o n.º 311/2017, de Armando Manuel Matias da Silva e Maria da Graça Vieira Sapata, instruído com a informação n.º 77/2018/DGU/cm1209, de 08 de maio, da DGU;
- = Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos Delegação de competências e designação de intervenientes nas auditorias Informação n.º 35/2018/DGU/cm0579, da Chefe da DGU;
- = Beneficiação/demolição de edificação Segurança e salubridade públicas Auto de vistoria n.º 22/2018, datado de 22 de maio de 2018.

7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Ação Social Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico Ano letivo 2017/2018 Comparticipação no custo de refeições:
 - 1. Informação n.º 295/18, de 15 de maio, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
 - 2. Informação n.º 299/18, de 16 de maio em curso, da DEAS;
 - 3. Informação n.º 300/18, de 16 de maio, da DEAS;
 - 4. Informação n.º 303/18, de 16 de maio, da DEAS;
 - 5. Informação n.º 306/18, de 18 de maio, da DEAS;
- = 1.º Simpósio de Infância e Juventude Relatório de avalização da atividade, datado de 21 de abril de 2018, da DEAS.

8. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

- = Concurso "Vigília fotográfica 2017" Atribuição de prémios Informação n.º 174/18, de 28 de maio, da Chefe da Divisão de Ação Cultural (DAC);
- = Proposta de normas de utilização do Parque Natureza do Agroal Informação n.º 178/18, de 29 de maio, da DAC;
- = Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém Pedido de apoio Carta registada sob o n.º 18.346/2018, da associação.

9. DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

= Regime extraordinário de regularização das atividades económicas — Alteração ao Plano Diretor Municipal de Ourém — Informação n.º 160/18, de 25 de maio, da Chefe da Divisão de Gestão do Território.

10. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

= Acidente de viação - Pedido de indemnização - Carta registada sob o n.º 10.293/2018, do Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, a



anexar requerimento de Monique Rachel Illona, sobre acidente ocorrido na Rua Principal, na localidade de Fárrio, da dita união de freguesias, no dia 14/03/2018.

11. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

- = Revisão do Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público Informação n.º 67/18, datada de 11 de maio, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Licenciamentos não Urbanísticos (SOLNU);
- = Revisão do Regulamento do Cemitério Municipal e Casa Mortuária Informação 68/18, de 11 de maio, da SOLNU.

Câmara Municipal de Ourém, 29 de maio de 2018

O Vice-Presidente da Câmara

Natálio de Oliveira Reis



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 21-05-2018 a 01-06-2018

Processo nº	Requerente	Local
752/2018	Armindo Manuel Gomes Lopes	Rua do Estreito - Carvalho de Cima - da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
640/2018	Cabeça de Casal da herança de Armando das Neves	Rua da Escola, nº 9 – Amieira - Freguesia de Urqueira
864/2018	Cátia Patrícia dos Santos Ferreira	Rua Dr. António Justino Luz Preto, nº 125 – Ourém – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
850/2018	Condomínio do Prédio Sol da Avenida I	Avenida Beato Nuno, Cova da Iria - Freguesia de Fátima
739/2018	Helena Isabel Galo Pereira	Serrado do Moinho - Eira da Pedra -Freguesia de Fátima
91/2018	José Manuel Vieira Marques	Rua Cónego Pereira Simões – Espite, – Freguesia de Espite
8/2018	Manuel Neves Ribeiro	Estrada de Leiria, n.º 160- Valada Freguesia de Fátima
2355/2014	Moviportas - Fabrica de Móveis e Portas de Rio de Couros Lda.	Rua dos Combatentes - Carvoeira - Freguesia de Caxarias
723/2018	Vasco Manuel Pereira Silva e Maria Emília dos Reis Gaspar da Silva	Rua da Subida nº 252 – Lameira - Freguesia de Fátima

Ourém, 04 junho de 2018

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 21/05/2018 a 01/06/2018

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
16321	Arlindo Alves Caldas	Concessão de terreno para sepultura perpétua
17491	Administração do Condomínio- Edifício Fórum Parque-Fátima	Inspeção de elevador
18197	Condomínio do Edf. Beato Nuno, n.º 414-Fátima	Inspeção de elevador
17569	Manuel Reis Pereira	Inspeção de elevador
17865	Congregação Religiosa do Amor de Deus	Inspeção de elevador
18070	Condomínio Edifício Jardins de Fátima	Inspeção de elevador
15017	Maria Eugénia Henriques Lamas Barroso de Oliveira	Inumação de cadáver
15019	Franclim da Conceição da Silva	Inumação de cadáver
15017	Maria Eugénia Henriques Lamas Barroso de Oliveira	Inumação de cadáver
17940	Maria de Lurdes Figueiredo de Oliveira Nogueira	Inumação de cadáver
15139	Espite Aventura-Associação Conhecimento de Espite	Licença de Ruído
17046	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias	Licença de Ruído
17375	Freguesia de Fátima	Licença de Ruído
17046	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias	Licença de Ruído
17926	Fábrica da Igreja Paroquial de Fátima	Licença de Ruído
17375	Freguesia de Fátima	Licença de Ruído
18175	Freguesia de Espite	Licença de Ruído



17794	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém	Licença de Ruído
17929	Fábrica da Igreja Paroquial de Fátima	Licença de Ruído
17826	União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	Licença de Ruído
9065	Espaço Mangerino, Lda.	Licenciamento de painéis publicitários
17512	O Nada-Núcleo de Aventura e Desporto de Albergaria dos Doze	Parecer de Passagem de Passeio de Bicicletas
17238	Grupo Motard Bielas Torcidas	Prova Desportiva

Ourém, 04 de junho 2018 Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 32/2017, de 2017/abril/07)